



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia e Políticas Públicas

**Política de apoio ao empreendedorismo em Angola:
o caso da Província do Moxico**

Miguel Gabriel Troco

**Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia e Políticas Públicas**

Orientador:

Professor Doutor Ricardo Paes Mamede, Professor Auxiliar

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Maio, 2018

AGRADECIMENTOS

“Ainda que eu ande pelo vale da sombra da morte, não temerei mal algum, porque tu estás comigo” (Salmos 23-4).

Agradeço ao grandioso Deus pelo dom da vida, pela saúde e força que me concedeu nos bons e maus momentos. À minha família, especialmente meus pais, irmãos e primos, pelo apoio que me deram ao longo da formação.

Um especial agradecimento ao meu orientador Professor Doutor Ricardo Paes Mamede, pela força, pelas sugestões, pela paciência e tempo que me disponibilizou durante a elaboração da pesquisa, principalmente pelo auxílio na resolução de certos impasses, sendo que sem a sua intervenção seria difícil terminar esse processo.

À minha esposa Conceição Natália Major António Troco, e a minha filha Halhissa Natália António Troco, pela capacidade que tiveram em suportar e entender minhas ausências, pela força e apoios que me prestaram.

Ao ISCTE pela oportunidade que me deu para frequentar o mestrado, aos colegas e amigos, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para o feito, meu muito obrigado!

RESUMO

A presente dissertação aborda a questão das políticas de apoio ao empreendedorismo em Angola. Nos últimos anos, o assunto tem merecido a maior atenção dos diferentes atores sociais bem como dos Estados, sendo considerado uma das vias para o desenvolvimento económico e social dos países. O foco da pesquisa é identificar os instrumentos de apoio ao empreendedorismo na província do Moxico, analisar os obstáculos ao seu funcionamento e perceber até que ponto contribuíram para o surgimento de empresas e a redução do desemprego. A pesquisa recorreu a um método misto, tendo sido desenvolvida com base em documentos e entrevistas a vários atores participantes do processo de fomento do empreendedorismo no Moxico. Os resultados mostram que, por razões de diversas ordens, tais como o funcionamento deficitário das instituições por falta de recursos, a pouca responsabilidade dos atores, bem como a falta de rigor no uso dos recursos disponíveis, o desempenho dos instrumentos nesta parcela do território angolano teve pouco sucesso. No final, apresentam-se algumas recomendações que podem ser tidas em conta na formulação de políticas públicas de promoção do empreendedorismo nesta província.

Palavras chave: Empreendedorismo, Políticas de Empreendedorismos, Instrumentos de Apoio, Moxico.

ABSTRACT

The present dissertation deals with entrepreneurship support policies in Angola. In recent years, this subject has received increasing attention from the different social actors as well as governments worldwide, being considered as one of the channels for social and economic development. Our aim is to identify the support instruments for entrepreneurship in the province of Moxico, to analyze the main obstacles to their effectiveness, and to understand their contribution to the emergence of new firms and the reduction of unemployment in the province. The research uses a mixed method, based on official documents and interviews made with several actors involved in entrepreneurship policies. The results show that for various reasons – such as the poor functioning due to lack of resources, the lack of responsibility of the actors, as well as the lack of rigor in the use of available resources – those instruments had little success in Moxico. In the end we put forward some recommendations that can be considered in the formulation of public policies to promote entrepreneurship in this province.

Key words: Entrepreneurship, Entrepreneurship Policies, Support Instruments, Moxico.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS.....	i
RESUMO	ii
ABSTRACT	iii
ÍNDICE DE TABELAS	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	vii
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	viii
1. INTRODUÇÃO	1
2. POLÍTICAS DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO: CASO DE ANGOLA	8
2.1. EXPERIÊNCIAS DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO A NÍVEL INTERNACIONAL	9
2.1.1. EXPERIÊNCIAS DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL	9
2.1.2. EXPERIÊNCIAS DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO EM PORTUGAL.....	11
2.2. PROGRAMAS E INSTITUIÇÕES DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO EM ANGOLA.....	14
2.2.1. INAPEM - INSTITUTO NACIONAL DE APOIO ÀS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	15
2.2.2. BUE - BALÇÃO ÚNICO DO EMPREENDEDOR	16
2.2.3. CLESE - CENTRO LOCAL DE EMPREENDEDORISMO E SERVIÇOS DE EMPREGO	18
3. ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE EMPREENDEDORISMO NO MOXICO	21
3.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO TECIDO ECONÓMICO E INSTITUCIONAL DO MOXICO.....	22
3.2. A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS NACIONAIS DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO NO MOXICO.....	26
3.2.1. O INAPEM NO MOXICO	29
3.2.2. O BUE NO MOXICO	34
3.2.3. O CLESE NO MOXICO	39
4. ANÁLISE COMPARATIVA DAS POLÍTICAS DE EMPREENDEDORISMO NO MOXICO.....	45

4.1. PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS DAS POLÍTICAS EM QUESTÃO	45
4.2. RISCOS E OPORTUNIDADES DAS POLÍTICAS DE EMPREENDEDORISMO NO MOXICO.....	52
5. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E LINHAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURAS	55
5.1. CONCLUSÕES.....	55
5.2. LIMITAÇÕES.....	58
5.3. RECOMENDAÇÕES	59
5.4. LINHAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURAS	60
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
7. ANEXOS	68

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- PIB por Setor de Atividade Económica	9
Tabela 2. Total de empresas e por tamanho, certificadas em Angola pelo INAPEM em 2012 e 2013	31
Tabela 3. Número de empresas constituídas, licenciadas pelo BUE e financiadas pelo BCI no Moxico de 2012 a 2015.....	36
Tabela 4. Número de documentos emitidos pelo BUE de 2012 a 2015.....	37
Tabela 5. Número de empreendedores formados, empregados e financiados e 4 anos.	41
Tabela 6. Distribuição geográfica do microcrédito e de produtos mais beneficiados em 2014 pelo Banco Sol.	42
Tabela 7. Distribuição geográfica do microcrédito e de produtos mais beneficiados em 2016 pelo Banco Sol.	42

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de Angola e a localização geográfica da província do Moxico	22
Figura 2. Divisão Administrativa da província do Moxico.....	23
Figura 3. Processo de certificação das MPME's.....	32
Figura 4. Representação dos pontos fortes dos instrumentos de política no Moxido.	47
Figura 5. Representação dos pontos fracos dos instrumentos de política no Moxido.	48
Figura 6. Representação dos Riscos e oportunidades da política de empreendedorismo no Moxico.	52

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABANC - Associação Angolana de Bancos

AJE - Associação de Jovens Empreendedores

BPC - Banco de Poupança e Crédito

BUE - Balção Único do Empreendedor

CDN - Conselho Deliberativo Nacional

CEE - Condições Estruturais do Empreendedorismo

CEIC - Centro de Estudo e Investigação Científica

CFB - Caminho de Ferro de Benguela

CFP - Centros de Formação Profissional

CLESE - Centro Local de Empreendedorismo e Serviços de Emprego

ECP - Estratégia de Combate a Pobreza

FCS - Faculdade de Ciências Sociais

FUE - Ficheiro de Unidades Empresariais

GEM - Global Entrepreneurship Monitor

IE - Instituição de Ensino

INAPEM - Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas

INEFOP - Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPB - Instituto Politécnico de Bragança

LMPME's - Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas

MAPTESS - Ministério da Administração Pública Trabalho e Segurança Social

ME - Micro Empresas

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

MPME's - Micro, Pequenas e Médias Empresas

NIF - Número de Identificação Fiscal

OCDE - Organização para Cooperação e desenvolvimento Economico

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PDMPME's - Programa de Desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROAPEN - Programa de Apoio ao Pequeno Negócio

SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SNFP - Serviço Nacional de Formação Profissional

SODE - Sistema Operacional de Desenvolvimento Económico

TEA - Taxa de Atividade Empreendedora

UAN - Universidade Agostinho Neto

UCAN - Universidade Católica de Angola

UNIFAP - Universidade Federal do Amapá

UTA - Unidade Técnica de Acompanhamento

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar as políticas de apoio ao empreendedorismo na província angolana do Moxico, sendo que nos dias atuais são parte integrante do esforço público para o desenvolvimento da economia, combate ao desemprego e do bem-estar das populações de Angola.

Desta forma, de há algum tempo para cá, Angola tem vindo a alterar o seu padrão de governação, com vista a sair “de uma economia dirigida pelo Estado para uma economia direcionada para o mercado com maior atuação das populações” (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, 2004:3). Este esforço tem crescido na medida em que as políticas públicas do Estado contemplam a inserção da população para o combate dos distintos problemas que assolam o país, como desemprego, pobreza, exclusão social, falta de infraestrutura, só para mencionar alguns.

Ainda de acordo com o PNUD, o modelo económico centralizado, adotado anos depois da independência em 1975 associado as guerras que assolaram o país durante 30 anos, distorceu seu tecido económico o que contribui na destruição do país tendo com isso debilitado seu tecido institucional público e privado.

A par da destruição do tecido institucional, a acentuação dos problemas resultou também do êxodo populacional das províncias do interior (onde as guerras foram mais intensas), para a capital do país (Luanda).

Se por um lado, a guerra causou muitos problemas “as instituições do Estado, adstritas ao setor social (habitação, saúde, educação e vias de comunicação-estradas, pontes) estavam acentuadamente danificadas” (Lopes, 2016:27), por outra, o êxodo populacional piorou ainda mais, a qualidade de vida nas localidades do interior de onde maior parte da população partiu em buscas de melhor qualidade de vida, levando aqui tais zonas ficassem reduzidas do seu maior e melhor recurso, as pessoas. Neste caso, a província do Moxico representa uma das mais afetadas pelos problemas mencionados.

No país, os indicadores de desemprego e pobreza são elevados. Segundo o resultado definitivo do recenseamento geral da população e da habitação, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2014, neste ano, a taxa de desemprego em Angola era de 24,2% na população com 15-64 anos de idade e do total da população (25.789.024 habitantes), grande parte reside nas zonas urbanas, especialmente nas cidades do litoral e centro sul, como

Luanda com 6.945.386 habitantes (27%), Huila com 2.497.422 habitantes (10%), Benguela com 2.231.385 habitante (9%) e Huambo com 2.019.555 correspondo (8%) respetivamente. Neste caso, a Província do Moxico detinha aproximadamente 727.595 habitantes, o que corresponde a (3%) do total da população nacional (INE, 2016:31-33).

Tendo em conta as altas taxas de desemprego, pobreza e a exclusão social verificadas no país, para subsistências da população, sendo ela economicamente ativa, em Angola é visível grande e intensa atividade económica do setor informal¹.

Com base no exposto, tendo em consideração a realidade nacional, o Estado usando os mecanismos ao seu dispor e por meio das políticas públicas, considerando que as políticas públicas constituem a “ação que nasce do contexto social, mas que passa pela esfera estatal como uma decisão social, quer seja para fazer investimentos ou uma mera regulamentação administrativa” (Boneti, 2012:27), o governo tem desenvolvido instrumentos que visam formalizar e fortalecer a atividade informal, para o efeito, o empreendedorismo consta das prioridades e é uma das via mais próxima.

Apesar dos dissensos de vários autores, no que se refere ao conceito de empreendedorismo, conforme a afirmação de Bastos (2012:19), “o conceito de empreendedorismo tem conhecido diferentes critérios e dimensões que, por vezes, se torna difícil observar o seu significado”, nos últimos anos vem sendo objeto de atenção e de consenso pelo seu contributo no desenvolvimento económico e social, por parte não só de economistas, trabalhadores, sociedade em geral e potenciais empreendedores, bem como de governos (Albagli e Maciel, 2002:1; Sarfati, 2013:26-27). Para tal, sem desprimor das distintas visões sobre o assunto, embora o foco da pesquisa não seja o enquadramento do conceito, a título ilustrativo apresentamos três visões diferentes sobre o termo, 1) Comissão Europeia (CE), 2) Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e 3) Global Entrepreneurship Monitor (GEM).

Assim sendo, empreendedorismo é:

“Capacidade dos indivíduos em converter ideias em atos. Compreende a criatividade, a inovação e a assunção de riscos e, bem assim, a capacidade de

¹ De acordo com a OIT, “em termos gerais, o sector informal pode ser caracterizado como um conjunto de unidades empenhadas na produção de bens ou serviços, tendo como principal objetivo a criação de empregos e de rendimentos para as pessoas nelas envolvidas” (OIT, 2006:24-25).

planear e gerir projetos com vista a alcançar objetivos” (Comissão Europeia, 2006:4).

“Toda a ação humana com caráter empresarial que busca a criação de valor através do estabelecimento ou expansão da atividade económica, pela identificação e exploração de novos produtos, processos e mercados” (OCDE, mencionado por Vasconcelos, 2012:29).

“Qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou nova iniciativa, tal como emprego próprio, uma nova organização empresarial ou a expansão de um negócio existente, por parte de um indivíduo, de uma equipa de indivíduos, ou de negócios estabelecidos” (GEM, 2012:4).

Na nossa perceção, as descrições apresentadas transportam elementos em comum no que o empreendedorismo diz respeito, visto que elas evidenciam a capacidade dos indivíduos em pôr suas ideias a favor do desenvolvimento pessoal ou do grupo através da inovação ou desenvolvimento de empreendimentos.

Consequentemente, o desenvolvimento económico e social constitui-se numa das principais linhas de ação e objetivos por alcançar dos governos. Por sua vez, sua concretização carece da intervenção do Estado, sendo ele detentor dos mecanismos e ferramentas necessárias à governação e, do envolvimento da sociedade, através das empresas. À vista disto, “as políticas e os programas de governação devem centrar-se na integração no sistema económico e social formal das unidades económicas” (OIT, 2012:14), para que os resultados sejam efetivos.

Havendo o Estado angolano reconhecido o potencial e a importância das empresas para o desenvolvimento económico e social e para a diversificação da economia, valorizando o empreendedorismo, como via de redução do desemprego, considerando de perto o estudo desenvolvido pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM) em 2013, segundo o qual “o reconhecimento e a tomada de consciência pública sobre os efeitos do elevado nível de desemprego no país, estimulou a necessidade de se ampliar esforços para incentivar o empreendedorismo e a criação de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME’s), capazes de assegurar o autoemprego para quem as cria, de gerar em fase posterior receitas e postos de trabalho, deu origem a uma crescente atenção por parte do poder político angolano” (GEM, 2013:8).

Nos últimos anos, em Angola criaram-se várias políticas e instrumentos que têm por objetivo apoiar e incentivar a atuação das empresas de pequeno porte e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Entretanto, essas políticas, têm sido criadas e dirigidas por diversos organismos públicos de forma separada e dispersas, nomeadamente o Ministério da Economia, o Ministério da Administração Pública Trabalho e Segurança Social, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, o Ministério do Comércio, o Ministério da Família e Promoção da Mulher, o Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, só para mencionar alguns.

Se, por um lado, este fator facilita a identificação de insuficiências e contribui na aplicação eficaz dos instrumentos, tendo em conta que o número de instituições e entidades envolvidas no desenvolvimento dos mecanismos é elevado, por outro lado, a aplicação no local é bastante dúbio, quando analisamos fatores decorrentes da implementação nas distintas Províncias do país como a reduzida capacidade de recursos (humanos e materiais), preparados para a articulação dos referidos instrumentos e por falta de responsabilidade dos vários atores nos diferentes pontos do país, o que se revela prejudicial sendo que tais instrumentos ficam bastantes dispersos e vulneráveis.

La Rovere e Shahata (2006:10), salientam que, “alguns instrumentos de apoio a estas empresas podem acabar criando dificuldades para estas empresas cuja inserção na região é limitada, o que limita sua contribuição ao desenvolvimento”.

Entretanto, embora se tenham criado vários instrumentos de incentivo ao empresariado, atualmente os desafios ainda são enormes na medida em que, as desigualdades e o nível de desemprego são elevadas, tudo por que as políticas públicas e instrumentos de apoios direcionadas ao empreendedorismo e às empresas de pequeno porte não foram suficientemente capazes para solucionar os problemas referenciados. Por isso, a presente pesquisa centra-se na análise dos instrumentos de apoio ao empreendedorismo em Angola e está subordinada ao tema *Políticas de Apoio ao Empreendedorismo em Angola- Caso da província do Moxico*.

Com a dissertação pretende-se refletir sobre a seguinte questão:

✓ Até que ponto as políticas de apoio ao empreendedorismo serviram de instrumentos capazes de estimular a economia, nomeadamente fortalecer e aumentar o número de empresas, reduzir o desemprego e melhorar a qualidade de vida das populações na Província do Moxico?

Considerando a importância da questão, o principal objetivo é identificar e analisar os instrumentos de políticas (Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas “INAPM”, Balcão Único do Empreendedor “BUE” e Centro Local de Empreendedorismo e Serviços de Emprego “CLESE”) de apoio ao empreendedorismo no Moxico.

Ao passo que, os objetivos específicos são:

- ✓ Caracterizar o tecido socioeconómico e geográfico da província;
- ✓ Identificar os entraves enfrentados pelos empreendedores nesta parcela do território;
- ✓ Identificar e caracterizar as instituições e instrumentos de apoio ao empreendedorismo existentes na província; e por último
- ✓ Perceber quais as principais dificuldades enfrentadas pelos atores na aplicação e no desenvolvimento das políticas.

A escolha do tema foi motivada por dois fatores: primeiro, a inexistência de estudos nessa vertente sobre a província do Moxico e a necessidade de contribuir para futuras linhas de investigação no âmbito das empresas em Angola; segundo, pelo difícil momento pelo qual a economia do país passa, resultante da baixa de preço do barril de petróleo no mercado internacional, sua maior fonte de rendimento e sendo que vários estudos atribuem grande importância ao empreendedorismo e às micro e pequenas empresas como potencial via para diversificação económica.

Quanto as delimitações, seguindo de perto Ander-Egg mencionado por Marconi e Lakatos (2003:162), que traz a ideia de três níveis de limitação a que uma pesquisa pode obedecer, relacionados, a) ao objeto de estudo, b) ao campo de investigação (abrangendo dois aspetos: Espacial e Geográfico) e c) ao nível de investigação. Na presente pesquisa atemo-nos aos dois primeiros níveis. Sendo assim, o estudo apresenta as delimitações relacionadas com o tempo de investigação, com o espaço geográfico e com o objeto.

Quando ao aspeto de tempo, o nosso referencial temporal vai de 2012 à 2016, por duas razões: primeiro, porque naquele ano (2012) foram realizadas as terceiras eleições gerais no país e fruto das promessas eleitorais do partido MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) vencedor do pleito nesta altura, foram concebidos, melhorados e posto em prática instrumentos e programas de fomento empresarial dando maior atenção às empresas detidas maioritariamente por angolanos e de menor dimensão; segundo, por que uma das metas

propostas pelo partido referenciado seria que, com os vários programas e instrumentos preparados, os objetivos fossem alcançados efetivamente antes dos 5 anos de governação (2012-2017)(MPLA, 2012).

Do ponto de vista de espaço e objeto, o estudo delimita-se em analisar os instrumentos de política na província do Moxico, focando-se apenas em três instituições com programas de apoio ao empreendedorismo, o INAPEM, o BUE e o CLESE.

A presente investigação recorre a um método misto, tendo sido desenvolvida com base em documentos e entrevistas a vários atores participantes do processo de fomento do empreendedorismo na província, o que nos permitiu obter dados qualitativos assim como quantitativos que foram úteis na investigação. Este processo foi desenvolvido obedecendo essencialmente a dois momentos:

Na primeira instância, recorreremos à análise bibliográfica e documental, sendo que a primeira se caracteriza como base para qualquer investigação, ao passo que a segunda proporciona maior variedade de fontes. Tal qual afirma Duverger, (1996:115-116) “os documentos sobre os fenómenos sociais (...) são vários e numerosos” distinguindo-se “documentos escritos (livros, jornais, arquivos, etc.), documentos de cifra (estatísticas, sensos) e de mais documentos que não entram nas duas primeiras categorias (filmes, imagens, fotografias, discos, objetos, instrumentos, etc.)” (tradução nossa). Assim sendo, através dos vários recursos documentais fez-se análise da bibliografia sobre o assunto com vista a perceber os diferentes contornos do tema para que nos possibilitasse aprofundar a nossa investigação.

Na segunda, foram utilizadas entrevistas. Segundo Ghiglione e Matalon (1997:64) “a entrevista é uma conversa que tem em vista um objetivo. É um encontro interpessoal que se decorre de um contexto e de uma situação social determinados, demandando a presença de um conhecedor do assunto e de um leigo”

Valles cita Steinar Kvale, ao se referir sobre a importância da conversa e/ou da entrevista como uma das vias credíveis para obter informações, segundo a qual “a conversa é uma forma antiga de obter informação e conhecimento e a entrevista são ferramentas com muito poder para se alcançar conhecimentos sobre a experiência e o comportamento humano” (Valles, 2002:12:46).

Dito isso, para o desenvolvimento da pesquisa, foi importante e necessário adotar tais recursos, sendo que na província não existem documentos relacionados ao assunto e também

pelo fato de que a disponibilização de informações de forma documental por parte das instituições em análise revelou-se difícil.

Feita a contextualização do estudo e a apresentação geral da metodologia utilizada, refere-se sucintamente a estrutura da dissertação.

No Segundo Capítulo faremos uma apresentação das políticas de apoio ao empreendedorismo, começando por apresentar experiências de alguns países (Brasil e Portugal) seguindo-se a apresentação dos três programas de apoio ao empreendedorismo em Angola (INAPEM, BUE e CLESE).

O Terceiro Capítulo servirá de caracterização geral do tecido económico e institucional da Província, nele também será apresentado como foram implementadas as políticas de apoio ao empreendedorismo, trazendo ao conhecimento questões sobre a evolução, os resultados e um breve balanço dos instrumentos nesta parcela do território do País.

Já no Quarto Capítulo, fez-se uma análise comparativa das políticas de empreendedorismo, analisando os pontos fortes e fracos bem como os riscos e oportunidades das políticas em referência no Moxico.

Do Quinto e último Capítulo constam as conclusões, limitações, recomendações e linhas de investigação futuras.

2. POLÍTICAS DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO: CASO DE ANGOLA

O empreendedorismo é visto como ferramenta estimuladora do bem-estar social dos países, tanto desenvolvidos quanto em vias de desenvolvimento. Por isso, nos dias atuais são visíveis esforços por parte dos governos, na medida em que, a implementação de políticas que visam fomentar o empreendedorismo tem sido prioridade, por se reconhecer nelas a existência da relação entre empreendedorismo e desenvolvimento económico². Vários autores afirmam que o empreendedorismo é uma competência para o desenvolvimento das sociedades (Ferreira, et al 2008:18; Redford, 2013:10).

De acordo com Ferreira, et al (2008:19), “as consequências positivas do empreendedorismo na sociedade não se limitam à formação de emprego. Manifestam-se também, pelo seu contributo para a inovação de produtos, serviços, processos, métodos, técnicas e tecnologias”. Isso reforça a ideia da importância do empreendedorismo no desenvolvimento das sociedades.

Segundo Deger (2008:12), já no século passado as opiniões eram convergentes quando “economistas e outras sensibilidades promotoras do crescimento económico pensavam no empreendedorismo como caminho para o desenvolvimento. Acreditava-se que bastava incentivar o empreendedorismo entre os jovens para promover o desenvolvimento económico e assim reduzir o desemprego e a pobreza”.

Assim sendo, o governo angolano através das políticas públicas desenvolve estratégias e critérios que visam estimular os indivíduos a desenvolver seus próprios negócios com vista a reduzir a dependências em relação ao petróleo e a criação de mais postos de trabalho.

Note-se que, Angola possui uma estrutura económica fortemente dependente do petróleo sua principal matéria-prima de exportação (Relatório Económico de Angola, 2016:32), constitui mais de 90% das exportações do país, mais de 70% das receitas tributárias e mais de 30% do PIB de Angola (Linhas mestras-Governo de Angola, 2016:14). (vide quadro abaixo)

² “Desenvolvimento económico é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do processo técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentável da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade” (Pereira, 2006:1), ver também Oliveira, 2002 sobre conceito de desenvolvimento económico.

Tabela 1- PIB por Setor de Atividade Económica

SECTORES SECTORS	Taxas de Crescimento (%6) Growth Rates (%6)			Participação Sectorial Sector Share		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Petróleo Oil	-2,6	6,3	0,8	41,6	38,7	38,7
Agricultura Agriculture	8,6	2,5	6,7	9,9	11,2	11,2
Construção e Obras Públicas Construction and Public Works	7,6	3,5	3,2	9,2	10	10
Energia Energy	22,4	1,2	19,9	0,2	0,2	0,2
Indústria Transformadora Processing Industry	8	2,6	-3,9	7,3	8,0	8,0
Diamantes e Outras Indústrias Extrativas Diamonds and Other Extractive Industries	6,6	3,2	-0,6	0,79	0,6	0,6
Pescas e Derivados Fisheries and Derivatives	9,8	2	1,7	0,9	1,0	1,0
Serviços Mercantis Commercial Services	5,4	2,2	0	23,3	25,3	25,3
Outros Other	5	1,1	0,0	7,4	7,8	7,8

Fonte: Relatório e contas do BPC de 2016

As soluções institucionais encontradas até ao momento em Angola são fortemente inspiradas nas experiências internacionais que tiveram resultados positivos. Sendo assim, na sequência deste capítulo, veremos numa primeira parte exemplos de dois países onde o empreendedorismo tem servido de ferramenta para alavancar o desenvolvimento económico e social que nos servirão de base para a discussão do caso de Angola (Secção 2.1. Experiências de apoio ao empreendedorismo no Brasil e em Portugal). De seguida (secção 2.2.) apresentaremos exemplos de programas e instituições de apoio ao empreendedorismo em Angola.

2.1. EXPERIÊNCIAS DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO A NÍVEL INTERNACIONAL

2.1.1. EXPERIÊNCIAS DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

De acordo com estudos desenvolvidos no âmbito do empreendedorismo, no Brasil até alguns anos não existiam políticas específicas direcionadas ao empreendedorismo, tendo nos últimos anos surgido várias instituições e iniciativas neste campo. Contudo, as dificuldades são elevadas, enveredar pelo empreendedorismo acaba por ser arriscado pelo fato de que os suportes não só financeiros assim como as limitações pessoais dos empreendedores ainda se revelarem insustentáveis para tais negócios (Bonacim, et. al. 2009:62).

Ainda assim, e segundo os relatórios do GEM (2008:24-27 e 2016:26), o número de empreendedores no Brasil tem crescido (por cada 100 habitante dos “18 aos 64 anos de idade”, aproximadamente 20 estão envolvidos em atividade empreendedora), embora no ano em referência (2016), se tenha verificado uma redução quando comparado com o ano anterior

(2015), fruto da crise económica que vem assolando o país. Desta forma, tais resultados reforçam a ideia de o país possuir alta capacidade empreendedora.

Quanto à estrutura de apoio, de acordo com o relatório do GEM (2008:121), “nos últimos anos, têm acontecido várias mudanças em termos de políticas públicas voltadas às empresas de menor porte e que têm repercutido nas empresas novas e em crescimento”. Também de salientar que, das atuais instituições e programas vocacionados a apoiar o empreendedorismo no Brasil, prestando “auxílio no desenvolvimento de novos negócios, oferecendo ajuda nos estudos de viabilidade de mercado, no desenvolvimento de planos para obtenção de recursos, etc.”(GEM, 2016:51), o SEBRAE³ (Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas) é considerado o mais antigo e importante, sendo a instituição mais solicitada por quem busca apoio, abrangendo vários programas e iniciativas que visam estimular o empreendedorismo (Alano, et. al, 2014:5; Naretto, et al, 2004: 86-94).

Ainda de acordo com o GEM (2008:103), “o fato de se conhecer os empreendedores como agentes importantes do crescimento económico, que criam empregos, inovam e aumentam a produtividade de um país já é consensual entre economistas e formadores de opinião há muito tempo”. O relatório acrescenta que para o Brasil o desafio é “aumentar o número desses empreendedores que criam emprego, geram renda e melhoram a vida de muitos brasileiros todos os dias e isso só será feito com investimento contínuo em programas e políticas de apoio ao empreendedorismo”.

Por isso, para países que buscam melhorar o bem-estar social e o desenvolvimento económico tendo o empreendedorismo como uma das formas para se alcançar tal propósito, é importante que as políticas e programas de apoio ao empreendedorismo e pequenos negócios não se limitem a ser apenas “perfeitas teoricamente”, mas que sejam eficazes e atuantes, indo ao encontro das reais necessidades do potencial empreendedor.

³ De acordo com a Resolução CDN n.º 189/2009, a art.º 5º cap. II “O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) tem por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capacitação e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação regencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento” (SEBRAE, 2009).

2.1.2. EXPERIÊNCIAS DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO EM PORTUGAL

De acordo com Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2015 as Pequenas e Médias Empresas (PME) representavam 99,4%, do total de empresas portuguesas, o que nos leva a entender a importância e o peso desta franja na atividade económica do país. Contudo, no país o empreendedorismo é menos expressivo.

Segundo o relatório GEM (2013:21), em 2013 Portugal registou uma taxa TEA⁴ (Taxa de Atividade Empreendedora) de 8,2%, o que quer dizer que, por cada 100 indivíduos (dos 18 aos 64 anos) 8 estão envolvidos em *start-ups* ou na gestão de novos negócios. Apesar de ocupar o 47^a lugar dos 64 países do universo GEM, a representar o 10^o mais alto dos 26 países com economia orientada para a inovação, ainda é preocupante.

Caponetes (2012:12), reforça a ideia quando narra que “vários peritos referem que o nível de empreendedorismo em Portugal é muito reduzido pela cultura nacional, na medida em que a população portuguesa é bastante relutante ao risco. Sobrestima-se o fracasso dos empreendedores contrariamente ao que acontece em países como o Reino Unido e os Estados Unidos, onde se encara a falta de sucesso e os erros como oportunidade de melhoria dos serviços oferecidos”.

Analisando as CEE⁵ (Condições Estruturais do Empreendedorismo) em Portugal, verifica-se que as políticas governamentais não têm sido favoráveis ao processo, sendo mesmo apontadas como “principais entraves ao fomento da atividade empreendedora no país a existência de uma carga pesada para as empresas novas e em crescimento, bem como a existência de um excesso de burocracia” (GEM, 2013:50-51).

Dada importância que o empreendedorismo representa na sociedade, quer seja pela forma como contribui para a economia ou pela melhoria do bem-estar da população, em Portugal a estrutura de apoio ao empreendedorismo tem vindo a crescer. Atualmente, é constituída por instituições públicas e privadas que desenvolvem programas, ações e iniciativas

⁴ A taxa TEA ilustra a proporção de indivíduos em idade adulta (entre os 18 e os 64 anos) que está envolvido num processo de *start-up* (negócio nascente) ou na gestão de negócios novos e em crescimento, em cada país participante, (GEM, 2013:21-24).

⁵ As Condições Estruturais do Empreendedorismo (CEE), são “indicadores do potencial de um país para promover o empreendedorismo. Refletem as principais características do meio socioeconómico de um país, que se espera terem um impacto significativo no setor empresarial e nas dinâmicas de empreendedorismo (GEM, 2013:6).

em diversas áreas, como apoio financeiro, formação e serviços profissionais, com vista a fortalecer a atuação das empresas e promover o empreendedorismo jovem.

De entre as várias instituições e políticas de incentivo existentes, destacam-se as seguintes:

Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação (+e+i) o programa visa contribuir para a promoção da inovação, do empreendedorismo e a criação de emprego, através do lançamento de empresas com conceitos inovadores e do estímulo à cooperação empresarial, com impacto na produtividade e na competitividade regional e nacional⁶.

BUE (Balcão Único Empresarial) é uma plataforma que reúne todos os serviços que necessita para gerir ou cria o seu negócio. Os serviços encontram-se instalados num único sítio, onde se pode minimizar o processo burocrático, poupar dinheiro, deslocações e tempo. Para além de outros serviços, o BUE oferece (www.bue.org.pt):

- a) Apoio Jurídico (Consulta Técnica Jurídica);
- b) Atos societários (Certificado de admissibilidade de firma; Registo de alteração de gerência; Registo de alteração de capital; Registo de transformação de sociedades; Registo de Marca; e Constituição de Empresa).
- c) Energia (Fornecimento de energia elétrica; Fornecimento de gás natural; Fornecimento de equipamentos energéticos; e Eficiência energética).
- d) Financiamentos (Contratação de pessoal e estágios; Formalização de candidaturas a linhas de financiamento; e Informação de apoio e incentivos financeiros).
- e) Formação Profissional (Formação sobre metodologias, sobre higiene e segurança no trabalho, sobre cuidados básicos de saúde, sobre higiene e segurança alimentar, princípios de nutrição, etc.).
- f) Gestão de Resíduos (Valorização de Óleos alimentares usados; Sistema verdoreca).
- g) Licenciamentos (Licenciamento em direitos conexos; Consulta técnica arquitetura).
- h) Seguros (Mediação de seguros)

⁶ Mais informações em <http://www.acm.gov.pt/pt/empreender/programas-de-apoio-ao-empendedor>

IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional) é o serviço público de emprego nacional que promove a criação e a qualidade do emprego e combate o desemprego, através da execução das políticas ativas de emprego, nomeadamente de formação profissional. Entre as suas atribuições, promove o desenvolvimento dos ofícios e das microempresas, designadamente enquanto fonte de criação de emprego ao nível local (www.iefp.pt).

IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação) é um instituto público, com património próprio e autonomia administrativa e financeira, e encontra-se na dependência tutelar do Ministério da Economia. Tem por missão promover a competitividade e o crescimento empresarial, assegurar o apoio à conceção, execução e avaliação de políticas dirigidas à atividade industrial, visando o reforço da inovação, do empreendedorismo e do investimento empresarial, (Decreto Lei nº 266/2012 de 28/12). De acordo com a fonte mencionada, o instituto possui várias atribuições, em domínio tao diversos como:

- O Estímulo à competitividade, ao empreendedorismo, e ao desenvolvimento empresarial;
- A investigação e desenvolvimento e inovação;
- Os investimentos e da reestruturação empresarial;
- O desenvolvimento das políticas públicas;
- A assistência técnica e financeira e logística

Hoje, verifica-se uma melhoria e evolução significativa no que se refere ao empreendedorismo em Portugal, quando comparado com anos anteriores, o que quer dizer que por parte do governo as políticas de apoio ao empreendedorismo têm sido cada vez mais atuantes correspondendo em grande medida às reais necessidades dos empreendedores. Tal como afirma Sarkar (2014:356), em Portugal “a promoção do empreendedorismo de qualidade e do empreendedorismo jovem são favorecidas pelas políticas públicas”.

Assim sendo, as políticas públicas dos últimos anos tendem a privilegiar ações e programas que visam contribuir para o fomento do empreendedorismo e minimizar os efeitos negativos. Atualmente, estudos desenvolvidos por Informa D&B⁷ e Tice.pt⁸ sobre o empreendedorismo em Portugal, afirmam que a evolução do empreendedorismo em Portugal

⁷ Informações disponíveis em <https://www.informadb.pt>

⁸ Informações em <https://www.tice.pt>

tem sido positiva, o que se reflete em fatores como: o aumento significativo da qualidade de quadros com formação superior em diversas áreas, a existência de infraestruturas tecnológicas evoluídas, crescimento e maturação dos vários agentes do ecossistema empreendedor, políticas governamentais cada vez mais favoráveis, ações estruturantes para o financiamento do empreendedorismo, etc., (Informa D&B, 2017:2 e tice.pt, 2013:8), tudo isso resultante da articulação das políticas públicas por parte do Estado.

2.2. PROGRAMAS E INSTITUIÇÕES DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO EM ANGOLA.

Neste contexto, apresentaremos a estrutura de alguns programas e instituições desenvolvidos pelo governo angolano por meio de políticas públicas vocacionadas para a melhoria do tecido empresarial com especial atenção ao empreendedorismo. A importância que se dá ao empreendedorismo está no fato de se reconhecer ser uma das vias para o desenvolvimento económico. Por essa razão, em Angola, as políticas públicas não estão isentas deste contexto.

De acordo com Souza (2006:24), as políticas públicas representam “a soma das ações dos governos, que agem diretamente ou por meio de delegações, e que influenciam a vida do cidadão”, e são caracterizadas como responsabilidades exclusivas do governo, pois é ele que detém o poder e ferramentas necessárias à sua implementação e execução. Não se pode com isso discordar da importância da intervenção de outras sensibilidades sociais (organização da sociedade civil, empresas, etc.), para a concretização dos objetivos preconizados pelo Estado no âmbito dos apoios às empresas.

Sendo que “a formulação de políticas públicas se constitui no estágio em que os governos (...) traduzem suas finalidades e plataformas eleitorais em programas e ações que fornecem resultados ou mudanças no mundo real” (Souza, 2006:26), valorizando a ideia da importância do empreendedorismo no desenvolvimento económico do país, o governo de Angola, tem concebido vários programas e políticas, através de instituições do Estado e privadas, que visam incentivar o empreendedorismo e às micro, pequenas e médias empresas.

Das várias instituições de fomento e apoio ao empreendedorismo existentes em Angola, são de destacar as seguintes:

- INAPEM (Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas);
- BUE (Balção Único do Empreendedor);
- CLESE (Centro Local de Empreendedorismo e Serviços de Emprego).

De seguida apresentam-se brevemente estas três iniciativas.

2.2.1. INAPEM - INSTITUTO NACIONAL DE APOIO ÀS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

O INAPEM é uma instituição que tem o seu início em 2001, ano em que foi aprovado do seu estatuto orgânico (Decreto nº 81/01 de 19 de outubro). Mas foi em 2012 depois do então Presidente da República (José Eduardo dos Santos), ter assinado e mandado publicar o Decreto Presidencial que alterava o estatuto orgânico do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, mantendo suas atribuições e alargando sua atividade para o apoio às micro empresas, que sua atuação ganha mais visibilidade.

De acordo com o estatuto orgânico⁹ do INAPEM, o Instituto é o órgão da administração indireta do Estado Angolano, ao qual compete genericamente a implantação das políticas e estratégias no domínio da capacitação e financiamento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME's).

É uma entidade de direito público, dotada de personalidade e capacidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, cuja base assenta em três eixos:

- **Missão:** o INAPEM tem por missão fomentar o desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas nacionais, garantindo o suporte necessário.
- **Visão:** tem o papel fundamental no suporte à implementação de políticas de apoio ao empreendedorismo nacional, atuando nas áreas de formação e capacitação de Micro, Pequenas e Médias Empresas, fomento ao empreendedorismo e acompanhamento do desenvolvimento do empresariado nacional.

⁹ Mais informações no relatório de fundamentação do estudo orgânico do Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas. Disponível em: [http://www.portal.inapem.gov.ao/arqInapem/ESTATUTO_\[1\].pdf](http://www.portal.inapem.gov.ao/arqInapem/ESTATUTO_[1].pdf)

- **Objetivo:** a atuação do INAPEM é realizada a nível nacional, com suporte dos serviços localizados nas províncias, sendo seu objetivo a interação com as mais diversas entidades que podem contribuir para o objetivo de fomentar o desenvolvimento das MPME's.

O Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas tem as seguintes atribuições:

- Prestar serviços de formação e capacitação empresarial, assistência técnica e consultoria às Micro, Pequenas e Médias Empresas nacionais nos mais variados setores da economia do país;
- Apoiar o fortalecimento e modernização da estrutura empresarial do país no que se refere às Micro, Pequenas e Médias Empresas;
- Promover o desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias empresas;
- Administrar os fundos públicos, dotações orçamentais e outros recursos postos à sua disposição no âmbito do apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas; e é também responsável pelo acompanhamento, certificação e classificação das MPME's.

Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas está sob tutela do titular de departamento Ministerial responsável pelo fomento empresarial, e sob a superintendência do executivo, através do departamento Ministerial responsável pelo fomento empresarial.

2.2.2. BUE - BALÇÃO ÚNICO DO EMPREENDEDOR

De acordo com o Decreto Presidencial nº 40/12 de 13 de Março e o Decreto Executivo Conjunto nº 116/13 de 23 de Abril, que cria o regulamento do Balção Único do Empreendedor e aprova o seu Estatuto Orgânico respetivamente, o Balção Único de Empreendedor (BUE) é

um serviço público personalizado de carácter interorgânico que concentra, num único local, delegações ou extensão de diversos serviços administrativos públicos intervenientes no procedimento especial de constituição e licenciamento das micro e pequenas empresas.

Tem por finalidade a simplificação e desburocratização dos atos de constituição e licenciamento das Micro e Pequenas Empresas, de modo a transformar as atividades económicas informais em atos de comércio formais.

Cabe também ao BUE implementar o Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROAPEN), criado no âmbito da Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) e a fome.

O BUE goza de autonomia administrativa e possui as seguintes competências:

- Prestar todas as informações requeridas pelos interessados no âmbito das suas finalidades;
- Emitir o certificado de admissibilidade;
- Celebrar escritura pública, no caso que forem estritamente necessários;
- Proceder ao registo estatístico das empresas e das firmas registadas;
- Proceder a inscrição no registo comercial;
- Proceder a publicação das empresas constituídas no Diário da República;
- Atribuir o número de contribuinte;
- Proceder a cobrança de taxas e dos emolumentos nos termos da legislação em vigor; e
- Exercer outras funções que lhe sejam atribuídas por lei.

O BUE tem por missão simplificar o processo de constituição, licenciamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas e a regularização de empreendedores que se encontram no mercado informal. O processo começa pela atribuição de um número de identificação fiscal, certidão comercial, cadastramento no sistema de segurança social, publicação no Diário da República e termina com a atribuição de um alvará provisório. Todo este processo é desenvolvido num único espaço onde estão concentrados diversos serviços administrativos necessários para o registo e licenciamento de empresa.

De acordo com o referido Decreto, funcionam no BUE os seguintes serviços públicos:

- Direção Nacional dos Registos e do Notariado (DNRN);
- Direção Nacional de Identificação Civil e Criminal (DNAIC);
- Ficheiro Central de Denominações Sociais;
- Direção Nacional de Impostos (DNI);
- Direção Provincial do Comércio;

- Administração Municipal;
- Instituto Nacional de Segurança Social (INSS, I.P.);
- Instituto Nacional de Estatística (INE, I.P.);
- Instituto dos Serviços de Veterinária (ISV, I.P.);
- Podem também funcionar junto do BUE outros serviços públicos ou privados, direta ou indiretamente relacionados com o processo.

Com a constituição e formalização da empresa, o empreendedor tem mais facilidade para conseguir financiamento para os seus projetos junto dos bancos comerciais.

O BUE é tutelado pelo titular do Departamento Ministerial responsável pelo setor da Justiça e dos Direitos Humanos sem prejudicar a relação entre os serviços implantados e os organismos do qual estão vinculados institucionalmente.

2.2.3. CLESE - CENTRO LOCAL DE EMPREENDEDORISMO E SERVIÇOS DE EMPREGO

Reforçando o compromisso do governo em apoiar o empreendedorismo para que sejam sustentáveis no mercado nacional e não só, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, em 2012 o Ministério da Administração Pública Trabalho e Segurança Social (MAPTESS), criou o estatuto orgânico do Centro Local de Empreendedorismo e Serviços de Emprego (CLESE), “considerando que o fomento da cultura do empreendedorismo constitui um meio adequado para a criação de oportunidades geradoras de negócios e rendimentos sustentáveis da proporcionar a oferta de bens e serviços às comunidades e permitir a criação e o desenvolvimento de pequenas e médias empresas; atendendo ainda a necessidade de capacitar os jovens detentores de competências técnico-profissional em matérias relacionadas com a gestão empresarial de modo a fortalecer a comunidade empresarial e a estimular o respetivo crescimento económico e social”, (Decreto Executivo nº 284/13 de 9 de setembro).

Ainda no referido Decreto Executivo nos seus artigos 2º e 4º, lê-se:

O CLESE é um serviço executivo indireto de âmbito provincial, do Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFOP), vocacionado à formação profissional especializada no domínio do empreendedorismo, apoio à criação e desenvolvimento de pequenas e médias empresas, bem como à integração da procura e oferta de mão-de-obra.

Das suas atribuições, destacam-se as seguintes:

- Estimular e apoiar as iniciativas com carácter inovador conducente à geração de emprego e renda, junto de jovens empreendedores;
- Disponibilizar pessoal e serviços especializados nos domínios da gestão, inovação tecnológica, comercialização de produtos ou serviços, contabilidade, marketing e assistência jurídica;
- Proporcionar às empresas, acesso a estudos e outros elementos, referentes à gestão de negócios;
- Ministras ações de capacitação/formação aos empresários ou meros empreendedores, em temática inerente à gestão empresarial e outras matérias conexas;
- Conceber conteúdos formativos referentes ao empreendedorismo, a fim de serem ministrados a nível da Sistema Nacional de Emprego e Formação Profissional (SNEFP), bem como nas Universidades, Institutos públicos e demais instituições formativas.
- Proporcionar aos potenciais empreendedores e empresários, contatos sobre boas prática e empreendedorismo a nível do setor empresarial e comercial;
- Identificar e estabelecer protocolos de cooperação com as instituições de crédito e de concessão de assessoria ao setor empresarial;
- Promover junto das instituições de ensino e de formação profissional, ações no domínio da orientação profissional, com vista a assegurar a correta escolha ou opção técnico-profissional dos cidadãos;
- Otimizar o processo de recrutamento e seleção de candidatos através do cruzamento de informações relacionadas com a procura e a oferta de emprego;
- Promover a cultura do empreendedorismo e associativismo, em particular nos jovens a procura do primeiro emprego;
- Proceder periodicamente a caracterização do meio envolvente com vista a permitir a aplicação eficaz de projetos empresarias inovador e com valores agregado.

Em suma, à semelhança do que acontece noutros países, nos últimos anos o governo angolano tem vindo a desenvolver esforços com vista a dotar as instituições de apoio ao empreendedorismo de capacidades para estimular as MPME's o que demonstra a importância atribuída ao tecido empresarial.

No capítulo que se segue, analisam-se as políticas de empreendedorismo no contexto específico da província do Moxico, trazendo à tona experiências das três instituições/iniciativas referidas - o INAPEM, o BUE e o CLESE.

3. ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE EMPREENDEDORISMO NO MOXICO

No contexto angolano as políticas nacionais são transportadas para o quadro provincial com base na estrutura que existe em cada uma destas províncias, já que estas não dispõem todas de mesma estrutura económica, social, de qualificação e nem o mesmo nível de estrutura institucional que sejam proporcionalmente capazes de suportar de forma sustentável e equilibrada a implementação das referidas políticas. Desta forma, ao serem promovidas políticas nacionais teoricamente excelentes sem se ter em consideração o potencial local e dado o fato destas não serem descentralizadas¹⁰, leva a que os resultados esperados a nível nacional (onde são formuladas) e ao nível da província (local onde são executadas) recorrentemente não sejam convenientes em satisfazer seus principais utentes e muito menos capazes de alcançar as metas preconizados, desta forma, nosso entendimento é que tais iniciativas estão condenadas ao fracasso.

Buarques (1999:10), traz a consideração de que “a descentralização pode contribuir consideravelmente para o desenvolvimento local (...) pode caracterizar uma base necessária para estimular e facilitar o desenvolvimento local, criando as condições institucionais para organização e estimular energias sociais e decisões autónomas da sociedade”.

Partindo do princípio de que os governos conhecem as reais condições económicas, sociais e institucionais de cada província, ao não se avaliar com rigor e profundidade o potencial de cada uma delas, se estará apenas a cumprir com as promessas de melhorias das condições de vida, o que na prática será sempre impossível.

Teixeira (2002:5), quando se referia à necessidade de se terem em atenção os diferentes setores que compõem a sociedade na definição das políticas, aconselhava que se deveria fazer um diagnóstico participativo com os principais atores envolvidos, para se poder identificar os obstáculos ao desenvolvimento das ações dos envolvidos.

Com base nos argumentos acima expostos, uma análise sobre as políticas de apoio ao empreendedorismo deve ter em conta o quadro real e específico do local em que elas terão lugar. Sendo assim, neste capítulo, começaremos por proceder a uma caracterização geral do tecido económico e institucional do Moxico, antes de prosseguir para uma análise dos três

¹⁰ A descentralização representa a transferência de autoridade e de poder decisório de instâncias agregadas para unidades espacialmente memores, (...) conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para as unidades territorial de menor amplitude e escala (Buarques, 2002:16).

instrumentos de política pública referida no capítulo anterior (INAPEM, BUE e CLESE) no contexto específico da província do Moxico.

3.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO TECIDO ECONÓMICO E INSTITUCIONAL DO MOXICO

Angola é um país localizado na costa ocidental de África, com uma superfície de 1.246.700 km², sendo composto por 18 províncias. Destas, Moxico é a maior com 223.023 km², equivalendo a 17,09 % da extensão total do território de Angola e com uma população de 758.568 pessoas, maioritariamente do sexo feminino (51%; Censo, 2014:95-97). Com a capital Luena, Moxico localiza-se no extremo Leste do país limitado a Norte com a província da Lunda Sul, a Oeste com a província do Bié, a Sul com a província do Cuando-Cubango, a Leste e Sudeste com a República da Zâmbia e a Nordeste com a República Democrática do Congo (RDC) (Ver mapa).

Figura 1. Mapa de Angola e a localização geográfica da província do Moxico



Fonte: Portal de Angola (2014)

Administrativamente a Província é dividida por nove Municípios, são eles: Alto-Zambeze, Bundas, Cameia, Camanongue, Léua, Luacano, Luau, Luchazes e Moxico¹¹ (Sede).

Os municípios dividem-se em comunas e estas em sectores. A província é composta por um total de 30 comunas (Censo, 2014).

Figura 2. Divisão Administrativa da província do Moxico



Fonte: Angolamarket (2012)

De acordo com o Jornal Mural¹² de 2013 da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Agostinho Neto (UAN), “Moxico é composto por uma diversidade populacional, pertencente na sua maioria ao grupo étnico Cokwe (Ciokos ou Quiocos). Os diferentes grupos são Balutxazes (Luchazes ou Luxazes), Mbundas e Ambundos (...),” Luvale, além de pequenos subgrupos dispersos em grupinhos isoladas, todos pertencentes ao grupo bantu.

¹¹ O nome Moxico representa o mais importante soba da região, tradicionalmente é derivado de uma espécie de cesto para transporte de víveres e armas de resistência anticolonial. “Muxiko”, artefacto acima referido, era (é) o recipiente destinado para o transporte de peixe e tudo quanto se produzia e se produz, (Governo Provincial do Moxico. Disponível em: <http://www.moxico.gov.ao/InformacoesProvinciais.aspx?tipo=Perfil>).

¹² Disponível em: <https://politica210.wordpress.com/moxico/>

De acordo com os resultados do Censo (2014), a sua população é maioritariamente composta por jovens dos 0 a 24 anos, o que representa aproximadamente 62% do total da população da província.

Alves da Rocha, estudando as desigualdades em Angola divide o país em cinco grandes regiões. Moxico no caso, consta da grande região Centro/Leste. O autor salienta que “é nesta região que se encontra a denominada Angola profunda e esquecida onde estão os cidadãos da terceira categoria, se atendermos aos respetivos níveis e condições de vida” (Rocha, 2010:27).

Segundo Oliveira (2012:34-35) “a guerra civil que assolou o país durante quase três décadas, (...), levou o país a uma danificação das condições de vida da população (...) e condicionou a vida de todos angolanos”. Sendo uma das províncias mais fustigadas e depois de ter sido devastada pela guerra, derrubando grande parte da sua infra-estrutura, tal situação desencadeou uma série de incidentes provocando a destruição das infra-estruturas e deixando esta parcela do território do país “literalmente” desértica levando a que “o mau estado das vias rodoviárias, (...), o fraco nível de conhecimento e das tecnologias usadas, a pouca disponibilidade de recurso financeiros e a falta de incentivos aos produtores, constituíssem alguns dos principais constrangimentos ao desenvolvimento do setor económico” (CEIC-UCAN, 2014:342).

Assim sendo, com o advento da paz em 2002, constavam das linhas de prioridade do governo a reabilitação das várias infra-estruturas e a recuperação do tecido institucional, de forma a garantir a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Foi assim que, com a reabilitação do Aeroporto do Luena, ligando por via aérea a capital Luanda, e a reabertura do Caminho de Ferro de Benguela (CFB), que liga o Porto do Lubito na província de Benguela (litoral do país), passando pelas províncias do Huambo e Bié até ao município do Luau na província do Moxico, fazendo uma ligação do Oceano Atlântico à África Central, a economia da província foi revitalizada com a intensificação das relações de trocas comerciais, resultantes da utilização dos respetivos meios aéreos e ferroviários.

Para além da atividade comercial desenvolvida em grande escala por retalhistas, que tem contribuído para um aumento do tecido empresarial, que tem ajudado a melhorar o dia-a-dia dos cidadãos possibilitando o crescer da província, seguindo de perto o relatório do CEIC-UCAN (2016:249-273), nos dias de hoje, a economia do Moxico está assente na agricultura, constituindo a base do desenvolvimento socioeconómico da província, produzindo fundamentalmente arroz, mandioca, hortícolas, milho,

massambala, massango, ginguba, batata-doce, girassol, citrinos, etc. Possui amplas terras aráveis e uma diversificada base de recursos naturais como fauna e flora (com uma intensa exploração da madeira e mel), recursos hídricos (rios e lagos) e minerais como carvão, cobre, manganês, ferro, diamante, ouro, urânio, estanho e molibdénio, volfrâmio, embora não explorado actualmente, mas que quando assim for, constituirão a base para alavancar a economia da província e da região. Tem também, na criação de gado bovino, caprino, suíno e aves (galinha e pato), outra fonte da sua economia.

Contudo, para o governo do país em geral e da província em particular, os desafios por enfrentar ainda são vários, porque a necessidade de fortalecer o tecido institucional é grande. Se, por um lado, precisa construir novas infra-estruturas para possibilitar que as atividades produtivas (e não só) sejam desenvolvidas em ambientes adequados, por outro, é necessário potenciar a força de trabalho, estimular a melhoria dos níveis de conhecimento dos profissionais envolvidos no funcionamento das referidas infra-estruturas, formando-os para garantir uma produtividade sustentável através da exploração dos seus recursos naturais e da agricultura para garantir um crescimento económico equilibrado.

Nesta perspectiva, o governo da província tem vindo a desenvolver iniciativas (superiormente elaboradas), que têm como objetivo fomentar a qualidade dos serviços com vista a contribuir para a redução do desemprego e da pobreza, consequentemente melhorar o nível da qualidade de vida dos seus habitantes. Assim sendo, consciente do importante papel da atividade empresarial pública e privada no desenvolvimento da economia do país, têm sido desenvolvidas políticas de incentivo às empresas, com especial atenção ao tecido das micro, pequenas e médias empresas e ao empreendedorismo. Sendo que:

“são a verdadeira base do desenvolvimento, pela sua abrangência social e territorial, pela sua dinâmica e flexibilidade, pela sua capacidade em gerar concorrência e pelo efeito direto sobre o mercado de emprego. O desenvolvimento desta componente é essencial para atingir um dos objetivos fundamentais (...), em relação à política económica: a diversificação da economia que só poderá ser

sustentável se assentar na endogeneização da economia angolana” (Abrahão Gourgel)¹³.

Infelizmente, com a queda do preço do barril de petróleo, potencial recurso que sustenta a economia do país, os investimentos têm reduzido e isso tem vindo a provocar um abrandamento na alocação de recursos destinados a estimular o empresariado, para possibilitar a diversificação da economia e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

3.2. A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS NACIONAIS DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO NO MOXICO

Em Angola, as políticas nacionais de apoio ao empreendedorismo tiveram vários momentos e em função destes, vários instrumentos e programas foram criados no quadro do fomento e incentivo à iniciativa privada de forma a impulsionar o empresariado nacional. Dos instrumentos criados e tendo em conta seus objetivos, para a presente pesquisa destacamos a Lei das MPME’s.

Com aprovação da Lei 30/11 de 13 de setembro, Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas (LMPME’s), que entrou em vigor em 2012 foi elaborado o programa de desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas, tendo como base o programa de apoio empresarial. Esta Lei estabelece as normas relativas aos procedimentos diferenciado que devem merecer as MPME’s, bem como as condições de acesso aos respetivos incentivos e simplicidades, para as referidas empresas. A referida lei engloba os vários programas de apoio às MPME’s, como incentivos fiscais e financeiros, organizacionais, de criação de competências, de inovação e de capacitação tecnológica.

Tendo em atenção a necessidade da diversificação da estrutura económica do país, fortemente dependente das receitas petrolíferas e de acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017, no seu programa de promoção do empreendedorismo, que tem por objetivo apoiar o esforço dos agentes económicos na

¹³ Palavras proferidas por Abrahão Pio dos Santos Gourgel, então Ministro da Economia de Angola em 2011, durante o discurso da cerimónia de cumprimento de fim de ano. Disponível no portal do referido Ministério: <http://www.minec.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=810>

criação de valor, através da criação de novas empresas ou do desenvolvimento de novas oportunidades de negócios, é fundamental a implementação de medidas como:

- Implementar um programa de apoio aos empreendedores, envolvendo a criação da “rede incubadora do INAPEM”, bem como a expansão do BUE a todo o território;
- Estruturar e apoiar a entrada em funcionamento da Escola do Empreendedor;
- Melhorar as condições de produtividade e rendibilidade do tecido empresarial angolano, dotando-o, de forma progressiva, de empresários, gestores e quadros nacionais, qualificados e motivados;
- Introduzir conteúdos de empreendedorismo nos programas curriculares dos diversos níveis de ensino;
- Implementar um programa de reconversão da economia informal, incluindo o Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROAPEN) e reforço do micro crédito.

Essas medidas contribuirão na diversificação da economia e no desenvolvimento sustentável do tecido empresarial.

Aprovada a Lei das MPME’s, o governo de angolano cria e aprova instrumentos de promoção das MPME’s (Decreto Presidencial nº 41/12 de 13 de março), tendo como metas a médio e longo prazos atingir os seguintes fins:

- Diversificar a economia nacional;
- Aumentar a produção nacional;
- Elevar as qualidades dos produtos nacionais, tornando-a gradualmente competitiva;
- Promover a exportação de produtos nacionais;
- Gerar novos empregos de formas sustentável, para combater o desemprego e a extrema pobreza.

Foi assim que, no quadro das políticas governamentais de incentivo e fomento empresarial, no Moxico tem havido significativos apoios com vista a melhorar e fortalecer a atuação dos empreendedores para que o seu contributo no desenvolvimento da economia e do bem-estar dos cidadãos da província seja sustentável e coeso. Pois,

segundo Mendes, (2012:15) “o empreendedorismo é reconhecido como um fator importante para o desenvolvimento contínuo (...), uma vez que os empreendedores fomentam a inovação e a competitividade, atuam como catalisadores das mudanças estruturais na economia e projetam a melhorar sua produtividade”.

Levando em consideração os principais objetivos do governo de Angola descrito nos diferentes programas e instrumentos de apoio às empresas de pequeno porte e não só, atendendo que a implementação dos referidos programas tem vindo a ser de âmbito nacional, sendo que o Moxico não está isento (atendendo as necessidades que tem de fortalecer o empresariado para reduzir a fome e a pobreza), seguidamente far-se-á uma apresentação dos resultados alcançados com a implementação dos vários instrumentos nesta parcela do território do país.

É preciso, porém salientar que não é possível proceder uma análise única e exclusivamente documental do balanço que é feito destas medidas (instituições), uma vez que escasseiam os documentos relevantes para o efeito. Assim sendo, a informação que seguidamente apresentaremos resulta da combinação da consulta aos poucos documentos das instituições que foi possível analisar, com entrevistas realizadas junto de responsáveis das três instituições, de bancos e empreendedores beneficiados com formações e financiamentos (um responsável do INAPEM, um responsável do BUE, um responsável do CLESE, três responsáveis bancários e três empreendedores) no Moxico.

As entrevistas foram semiestruturadas e desenvolvidas de forma informal em encontros separados, tendo sido motivadas pelo contexto de difícil acesso aos relatórios e outros documentos ligados às instituições. Desta forma, num ambiente de descontração, foram feitas perguntas sem uma estrutura predefinida (o que permitiu a informalidade dos encontros, possibilitando a que os atores se exprimissem sem restrições). O propósito foi o de ouvir e conhecer junto dos responsáveis as funcionalidades das diferentes instituições inseridas na conjuntura de apoio ao empreendedorismo na província, perceber quais eram as potencialidades e as limitações de atuação dos distintos instrumentos e quais eram os potenciais desafios com que os mesmos se deparam no desenvolvimento das suas atividades. Tal processo decorreu na cidade do Luena, entre os meses de Julho e Agosto de 2017. Seguindo de perto o argumento de Deshaies (1992:322) a forma utilizada permitiu-nos obter dados e informações sobre a questão previamente encarada e favoreceu a compreensão da situação num dado momento definido, tempo e espaço.

3.2.1. O INAPEM NO MOXICO

i. EVOLUÇÃO

As atividades do Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas no Moxico tiveram o seu arranque em 2012 com a inauguração da instalação provisória (Centro de serviços do Moxico) na Cidade do Luena, localizada na Rua Comandante Zorro s/n, Bairro Nzaji.

Nesta altura, o INAPEM tinha por meta desenvolver atividades nos seus quatros eixos principais (1º Formação e treinamento empresarial, 2º Assistência técnica e consultoria em gestão de empresas, 3º Aconselhamento jurídico e 4º Incubadora de empresas), para empresas e empreendedores interessados e posteriormente, através das instituições bancárias proceder ao financiamento dos referidos projetos a que se propusessem desenvolver de forma a alavancar a economia da província. Assim sendo, obedecendo as orientações do regulamento das MPME's¹⁴ em vigor, levando em consideração a real situação da província, por insuficiência de recursos (humanos e materiais) de qualidade capazes de executar as tarefas conforme projetadas, no período entre 2012 a 2016 a instituição na província focou-se fundamentalmente na realização de atividades como Certificação, Formação e Apoio Técnico.

Em seguida faremos uma abordagem particularizada de cada atividade desenvolvida no período em referência.

ii. RESULTADOS ALCANÇADOS

Quanto a **Certificação**, ela é feita por meio de um selo autocolante para a fixação no estabelecimento do operador económico e com o respetivo número de ordem, por forma a reconhecer o estatuto das MPME's e empreendedores singulares.

Este processo é antecedido pela classificação prevista por Lei. Conforme os critérios de identificação adotados pela Lei 30/11 de 13 de março, a classificação

¹⁴ O novo regulamento sobre as Micro, Pequenas e Médias Empresas, estabelece as regras para a constituição, organização e funcionamento das MPME's, as formas de habilitação para benefícios do tratamento diferenciado e prioritário, bem como o modo de intervenção da Administração Pública (Lei 30/11 de 13 de março).

distingue-se por dois critérios, nomeadamente, o número de trabalhadores efetivos e o volume de faturação total anual, sendo este último o que mais prevalece. Assim sendo, consideram-se:

- a) Micro empresas (MC) ou micro empreendedores singulares, aquelas que empreguem até 10 trabalhadores e/ou tenham uma faturação bruta anual não superior em Kz¹⁵ ao equivalente a USD 250 mil;
- b) Pequena empresa (PQ) aquelas que empreguem mais de 10 e até 100 trabalhadores e/ou tenham uma faturação bruta anual em Kz superior ao equivalente a USD 250 mil e igual ou inferior a USD 3 milhões;
- c) Média empresas (MD) aquelas que empreguem mais de 100 e até 200 trabalhadores e/ou tenham uma faturação bruta anual em Kz superior ao equivalente a USD 3 milhões e igual ou inferior a USD 10 milhões.

A Certificação possibilita a que as MPME's e os empreendedores singulares, beneficiem dos vários incentivos e apoios reservados para empresas destas dimensões, essencialmente como:

- Apoios Fiscais e Financeiros (simplificação dos atos e procedimentos tributários; subvenção e diferenciação de taxas de juros praticadas pelas instituições nas atividades de micro crédito e programas dirigidos para o financiamento, através de linhas de créditos com juros bonificados);
- Apoios Institucionais (consolidar e facilitar o acesso de informações e orientações que permitam a constituição, registo e licenciamento das empresas; possibilitar o exercício da atividade e no local escolhido; desburocratização do processo de obtenção de autorização de funcionamento segundo a atividade, dimensão e grau de risco; entidades públicas devem destinar, no mínimo 25% do seu orçamento, relativo a aquisição de bens e serviços para as MPME's);
- Criação de Competência (formação profissionais e certificadas de curta duração, para os proprietários e gestores das empresas), entre outros.

¹⁵ Kz é símbolo da moeda angolana denominada Kwanza. A primeira unidade monetária nacional denominada kwanza, foi criada pela Lei nº 71-A/76 de 11 de novembro-Lei da Moeda Nacional-em substituição do Escudo colonial. As primeiras cédulas foram emitidas em 1976 pelo Banco Nacional de Angola, em que 1 Kwanza equivalia a 1 Escudo (www.abanc.ao/sistema-financeiro/evolucao-historica/historia-do-kwanza/).

Neste sentido, conforme declarações de um dos representantes do INAPEM, de 2012 a 2016, na província do Moxico foram certificadas mais de 400 empresas e empreendedores singulares, as quais exercem atividades entre outras áreas, no comércio, hotelaria, agricultura e prestação de serviços.

Ao passo que a nível nacional, de acordo com os dados disponíveis no portal do INAPEM, referentes aos anos 2012 e 2013 foram certificadas um total de 7.631 MPME’s. Destas as micro representam o maior número conforme descrito na tabela a baixo:

Tabela 2. Total de empresas e por tamanho, certificadas em Angola pelo INAPEM em 2012 e 2013

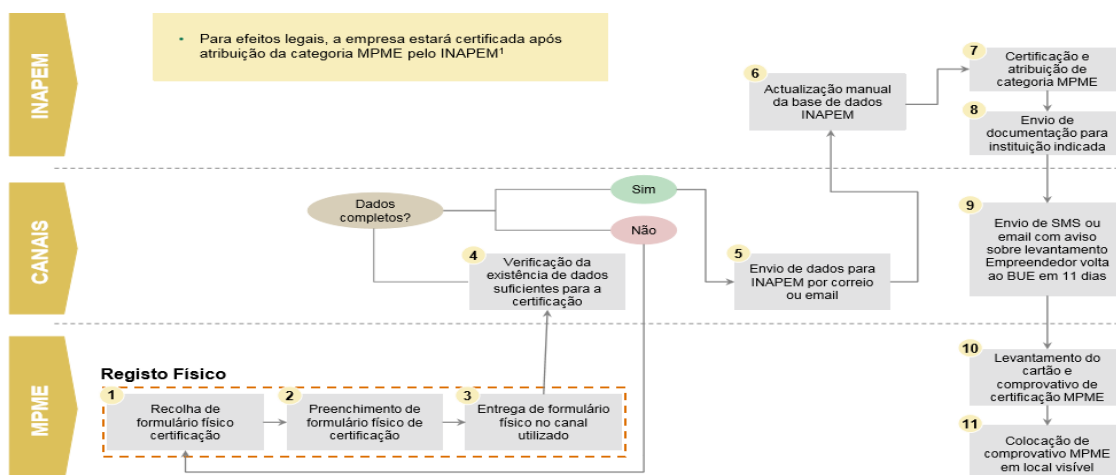
<i>ANOS</i>	<i>Micro¹⁶</i>	<i>Pequenas</i>	<i>Médias</i>	<i>Todas empresas</i>
<i>2012</i>	4.022	873	568	5.463
<i>2013</i>	1.444	429	295	2.168
<i>Total</i>	5.466	1.302	863	7.631

Fonte: Elaboração própria/dados do INAPEM

O processo de certificação obedece a várias fases, iniciando com a preparação da documentação exigida, até o levantamento do selo de certificação. (vide figura 3.)

¹⁶ Neste grupo estão também inseridos os empreendedores singulares.

Figura 3. Processo de certificação das MPME's



Fonte: Programa de desenvolvimento das MPME

No campo da **formação**, nos dias atuais há unanimidade entre autores (Martens e Freitas, 2008:72-77 e Naia, 2009:16) sobre a importância da formação para os empreendedores no desenvolvimento da economia. E isso leva a que as políticas direcionadas ao apoio empresarial privilegiem a formação por forma a propiciar uma atuação sustentável. De acordo com Cheung, mencionado por (Dengue, 2016:50), “o ensino do empreendedorismo é importante (...) ele pode ajudar na (...) compreensão do negócio, seus intentos, sua estrutura, sua inter-relação com outros seguimentos da economia e da sociedade”.

Desta forma, no período em referência o INAPEM no Moxico desenvolveu atividades formativas direcionadas para as MPME's e empreendedores singulares, nas áreas de contabilidade, gestão e administração com foco nas seguintes temáticas:

- Como iniciar a sua própria empresa;
- Como administrar a sua própria empresa;
- Contabilidade básica;
- Iniciação empresarial - módulo avançado;
- Formação profissional rural;
- Técnicas de atendimento ao cliente;
- Como aumentar as vendas; e
- Iniciação de empreendedores.

Estas ações formativas visam desenvolver e despertar as melhores práticas de forma a inibir a ausência “aos aspirantes a empresários capacidades, competências e conhecimentos de boas pratica para desenvolver o seu próprio negócio” (www.inapem.gov.ao). Assim sendo, foram formados no Moxico em quatro anos 4.914 empreendedores¹⁷, este processo foi desenvolvido em todos os municípios da província e com auxílio de 17 formadores comunitários.

Quanto ao **Apoio Técnico** na província, por insuficiência de empresas¹⁸ de consultoria, consultores individuais e técnicos especializados com altas competências e conhecimento em matérias relacionadas com a gestão sustentável das empresas, não foi possível quantificar as atividades desenvolvidas no período em análise, mas ainda assim, de acordo com informação que nos foi dispensada, foram prestados vários apoios.

De acordo com o seu estatuto, em matéria de apoio técnico, o INAPEM presta assistência técnica e consultoria em gestão de empresas, nas seguintes áreas:

- Apoio financeiro (elaboração de estudos de viabilidade técnico económico financeiro);
- Suporte na criação de empresa;
- Racionalização de custos (diagnósticos de custos de negócios e identificação de soluções para a redução de custos operacionais);
- Contabilidade e auditoria;
- Plano de negócios e análise de viabilidade (elaboração de plano de negócio com apoio do cliente);
- Consultoria e serviços de TIC's;
- Consultoria fiscal.

¹⁷ Dados divulgados pela ANGOP (Agência Angola Press) em 2016 disponibilizados pelo responsável do INAPEM no Moxico.

¹⁸ Das 150 empresas de consultoria participante do concurso público em 2012, apenas 33 ficaram apuradas e estas constituem a rede de consultores externos do INAPEM ao nível do nacional (www.inapem.gov.ao). Infelizmente este número é insuficiente e não tem sido capaz de suprir as necessidades do país.

iii. BALANÇO

A instalação do INAPEM no Moxico visava, com a prestação dos diferentes serviços e apoios, fortalecer o tecido empresarial especialmente o das MPME's e empreendedores singulares.

Olhando para os esforços que se tem vindo a desenvolver, no que diz respeito ao fortalecimento do empreendedorismo e das MPME's, apesar dos resultados ainda não serem os desejáveis, pode-se dizer que a maneira como as iniciativas foram desenhadas teoricamente são de estimar. Desta forma, se os recursos forem implementados para que possam satisfazer os anseios dos projetos em prol do tecido empresarial de pequeno porte e em contrapartida houver maior entrega e responsabilidade por parte de todos intervenientes conforme programado, é provável que a médio e longo prazo o país poderá ter comparativamente aos exemplos do Brasil e Portugal, nos empreendedores singulares e nas micro e pequenas empresas, uma das suas fontes de receitas.

3.2.2. O BUE NO MOXICO

i. EVOLUÇÃO

No âmbito dos programas de fomento a atividade empresarial e do empreendedorismo, desenvolvidos pelo governo de Angola, com a finalidade de impulsionar o crescimento económico e reduzir a pobreza, sendo que a livre iniciativa privada constitui a força motriz para o desenvolvimento económico, valorizando as empresas de menor dimensão e dada a sua importância não só pela sua abrangência, mas também pelo volume de emprego que criam, havendo a necessidade de se difundir instituições a nível nacional com o propósito de garantir a desburocratização e simplificação de medidas para a constituição, licenciamento e posteriormente financiamento das MPME's e do empreendedor singular, foi criado o Balcão Único do Empreendedorismo (Decreto Presidencial nº 40/12 de 13 de março).

Assim, no campo da expansão dos BUE, foi inaugurado¹⁹ no Moxico em Março de 2012 o primeiro Balcão Único do Empreendedor. Localizado no Município do Luena,

¹⁹ Informação disponível no portal do ministério da Justiça, em: <http://www.minjusdh.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=14424#>

o BUE é composto por 24 funcionários, sendo 4 efetivos e 20 colaboradores, albergando num só espaço serviços como registos civil, criminal e comercial, administração municipal, unidades técnicas e agência bancária, com a finalidade de ajudar na transformação das atividades económicas informais em atos de comércio formais através da simplificação dos atos de constituição de empresas de menor dimensão por forma a que, gerando novos empregos para a juventude e ex-militares, contribua para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

ii. RESULTADOS ALCANÇADOS

Seguindo de perto os propósitos acima descritos, quando começou a funcionar na província, o BUE teve duas fases:

Na primeira, de acordo com as declarações de um dos seus responsáveis, as atividades estavam focadas em “licenciar e constituir micro e pequenas empresas (MPE’s), por forma a consolidar os negócios de pequenas dimensões e facilitar os empreendedores no acesso ao crédito em condições ajustadas”. O referido Balcão constituiu e licenciou várias empresas e em parceria com o Banco de Comércio e Indústria (BCI)²⁰ financiou projetos de empreendedores civis e ex-militares ligados as atividades como Moto-táxi, Pastelaria, Salão de beleza, Cantinas²¹, Mecânica e Serralharia, com um valor de 679.000.00 (seiscentos e setenta e nove mil kwanzas), para cada empreendedor, conforme descreve a tabela abaixo:

²⁰ O Banco de Comércio e Indústria (BCI), S.A.R.L., é uma instituição bancária pública criada pelo decreto nº 8-A/91, de 16 de março. Tem como principal acionista o Estado com 93,60% da capita social e os restantes 6, 40 repartidos entre algumas empresas públicas (relatório e contas, 2016:7).

²¹ Cantinas é a denominação angolana que se atribuí aos estabelecimentos comerciais a retalho que tradicionalmente vende produtos alimentares, de higiene, bebidas e objetos de uso doméstico e com um atendedor de balcão (Mercearia em Portugal; varejista no Brasil).

Tabela 3. Número de empresas constituídas, licenciadas pelo BUE e financiadas pelo BCI no Moxico de 2012 a 2015.

<i>ANOS</i>	<i>Constituídas</i>	<i>Licenciadas</i>	<i>Sob total</i>	<i>Financiadas</i>
<i>2012</i>	1809	758	2567	758
<i>2013</i>	660	550	1210	100
<i>2014</i>	0	0	0	0
<i>2015</i>	0	0	0	0
<i>Total</i>	2467	1308	3777	858

Fonte: Elaboração própria/dados do BUE-Moxico

Na segunda fase, o BUE ficou apenas com a incumbência de ajudar na emissão de cédulas, certidões, registos criminais e números de contribuintes, (vide tabela 4.), atividades essas prestadas por dois dos vários Departamentos ministeriais que formam o Balcão, o da Justiça e dos Direitos Humanos e o das Finanças. Essa limitação deveu-se ao fato de que os empreendedores beneficiados com financiamentos da primeira fase, não terem realizado os devidos reembolso dos valores, por falta de liquidez nos referidos negócios, levando a que os bancos cancelassem os financiamentos dois anos depois do arranque. Visto que a ideia do Balcão era, com o dinheiro reembolsado financiar novos projetos, assegurar a sustentabilidade da política e garantir a abrangência de mais empreendedores beneficiados pela medida na província. Não tendo sido possível alcançar tais resultados, por razões diversas, a melhor solução foi cancelar os financiamentos.

Tabela 4. Número de documentos emitidos pelo BUE de 2012 a 2015

ANOS	<i>Cédulas</i>	<i>Certidões</i>	<i>R. criminal</i>	<i>NIF</i> ²²
2012	-	-	1809	1809
2013	-	-	600	600
2014	125	90	0	0
2015	90	85	0	0
Total	215	175	2409	2409

Fonte: Elaboração própria/dados do BUE-Moxico

No primeiro ano de arranque, o BUE teve uma avalanche de aderentes assim como várias candidaturas foram apresentadas com vista a serem financiadas, desta forma, beneficiaram de financiamento cerca de 758 empreendedores com 514.682.000 (Quinhentos e catorze milhões seiscentos e oitenta e dois mil kwanzas), já no ano seguinte o valor foi reduzido por insuficiência de recursos, podendo beneficiar apenas 100 empreendedores com um valor Kz 67.900.000 (Sessenta e sete milhões e novecentos mil kwanzas), infelizmente no ano 2014 os financiamentos foram cancelados por falta de liquidez, sendo que os beneficiados na fase inicial não fizeram o reembolso, tal como nos foi reportado pelo responsável de uma das instituições bancárias (BCI), inseridas no processo.

iii. BALANÇO

A dificuldade de reembolso dos empreendedores resulta de uma conjuntura associada a distintas razões, desde relacionadas com o comportamento dos micro e pequenos empreendedores ou tomadores de crédito, razões ligadas ao funcionamento das instituições financeiras (bancos) e fatores legais.

Um estudo desenvolvido pelo Banco Nacional de Angola (BNA) em 2013 descreve os desafios relacionados com a atividade de crédito em Angola, segundo o qual existem dois principais problemas. “Do lado da procura, o acesso limitado ao sistema bancário e o baixo nível de educação financeira da população, ilustra as razões fundamentais à não utilização de forma correta de produtos de crédito; ao passo que, no

²² NIF-Número de Identificação Fiscal

que se refere ao lado da oferta, a capacidade e motivação dos bancos para concederem crédito, a falta de adequação à procura e as limitações na informação que existem, que não permite fundamentar as decisões de concessão com uma correta avaliação do risco, e também dificuldades relacionadas com o enquadramento legal” (BNA, 2013:6). São considerados entraves para a política de financiamento e reembolso de micro e pequenos negócios em vários programas desenvolvidos pelo governo de Angola ao longo dos anos.

Quanto ao acompanhamento, de acordo com o responsável do BCI no Moxico, foi criada uma Unidade Técnica de Acompanhamento (UTA), constituída por elementos ligados a Administração Municipal e Associação de Jovens Empreendedores (AJE), que faria o acompanhamento dos empreendedores, começando pela fase da concessão do projeto, do financiamento até a liquidação da dívida junto do Banco, que a seu turno não cumpriu com o seu papel. Esta falha fez com que os benefícios do microcrédito não fossem visíveis, impossibilitando a atribuição de novos financiamentos, o que levou consequentemente ao cancelamento.

Tanto do ponto de vista nacional, quanto das províncias, considera-se que os resultados do BUE de 2012 a 2016 não foram alcançados tal como estavam previstos²³, pelas razões já mencionadas e não só. Por isso, o programa está a ser avaliado reformulado, de forma a que sejam eliminadas insuficiências da primeira experiência, voltar com maior solidez e como formas de precaução aos exemplos negativos, poderão beneficiar de financiamentos apenas empreendedores que tenham passado por uma formação no INAPEM ou outra instituição credível vocacionadas para o efeito, de maneira a elevar o peso contributivo das empresas de menor dimensão na economia do país, possibilitando o aumento e a solidificação do micro e pequeno negócio, permitindo a formalização da economia informal para engrandecer o tecido empresarial nacional, por forma a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e contribuir na redução do desemprego e da pobreza especificamente no Moxico.

²³ Dados apresentados em Luanda em 2016, pelo Administrador do Instituto Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (INAPEM) durante a apresentação do programa social do Fundo Soberano de Angola (FSDEA). Disponível em: <http://m.redeangola.info/bue-e-angola-investe-longe-dos-objectivos/>

3.2.3. O CLESE NO MOXICO

i. EVOLUÇÃO

O projeto de apoio a micro e pequenos empreendedores desenvolvidos pelo Estado angolano, através do Ministério da Administração Pública Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), por via do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP) e em parceria com a Embaixada de Israel em Angola através do Grupo Mitrelli²⁴, criou uma rede de Centros Locais de Empreendedorismo e Serviços de Emprego (CLESE) que foi expandida em todo território nacional. Os referidos Centros, são órgãos vocacionado a prestar serviço público nos domínios do empreendedorismo e emprego, ministrando cursos e seminários, promovendo *workshops* nos vários setores da sociedade em matérias sobre empreendedorismo, Criação de Negócios, Gestão Financeira, Vendas e Marketing, como suporte para a gestão de pequenos negócios, nas localidades onde estes foram implantados.

Assim sendo, em outubro de 2013, foi inaugurado o sexto CLESE a nível nacional e primeiro na província do Moxico²⁵. Localizado na cidade do Luena, a estrutura é composta por duas salas de formação com capacidade para 40 formandos, um laboratório de informática, uma incubadora, gabinetes de apoio e outros espaços. Em termos de recursos humanos, é suportada por 9 funcionários, entre direção, formadores e técnicos de base, dos quais 4 efetivos e 5 colaboradores.

O Projeto visa beneficiar jovens maiores de 18 anos, estudantes finalistas do ensino médio e universitários e pessoas interessadas inseridas nas mais variadas atividades profissionais, com vontade de desenvolver capacidades, por forma a adquirir ferramentas indispensáveis para gerir de formas sustentável e com sucesso seus negócios, contribuindo na melhoria e o desenvolvimento da província.

Ainda de acordo com o seu responsável, o centro, também foi concebido para fornecer assessoria na elaboração de planos de negócios, estudos de viabilidade económica e financeira capacitar empresários, disseminar a cultura do empreendedorismo

²⁴ O Grupo Mitrelli em Angola é uma empresa de origem Israelita que desenvolve atividades nas áreas da agricultura e do desenvolvimento rural, assim como da educação e da formação em saúde, em sistemas de informação e projetos de telecomunicações.

²⁵ Informação fornecida pelo responsável do CLESE na província.

nos Centros de Formação Profissional (CFP) e nas Instituições de Ensino (IE), desenhar programas formativos para o Serviço Nacional de Formação Profissional (SNFP) e estabelecer ponte entre a mão-de-obra e a oferta de trabalho.

ii. RESULTADOS ALCANÇADOS

Embora exista escassez de informação documentada e/ou de dados quantitativos organizados sobre número de formandos por curso, formados desde o arranque do CLESE no Moxico, através de um dos responsáveis participantes da entrevista, foi possível recolher informação relativa as várias ações formativas ao longo dos 4 anos, tal qual apresentado na tabela 5.

De acordo com o responsável do centro, associando os resultados do CLESE com os alcançados por via do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP) de 2013 a 2016 foram formados 1.717 empreendedores, dos quais 154 candidataram os seus projetos a financiamento. As formações foram ministradas, incluem cursos ligados ao empreendedorismo (CLESE) a cursos como informática, alvenaria, culinária, decoração, eletricidade, costura, canalização (INEFOP), tendo em conta o elevado número de formandos interessados e pela facilidade que existe em constituir pequenos negócios nestas áreas.

Dos 154 projetos apresentados ao Banco Sol (Instituição Bancária elencada para operacionalizar microcrédito de projetos de pequenos negócios desenvolvidos por empreendedores formados pelo CLESE/INEFOP), beneficiaram de financiamento 94 empreendedores (15 pelo CLESE e 79 pelo INEFOP), com maior destaque para atividades económicas como comércio a retalho (cantinas), farmácias, mecânicas, cabeleireiro, pastelaria e centros de formação profissional. Destes, apenas 32 empreendedores reembolsaram o capital financiado, 62 não liquidaram a dívida, o que levou o Banco, tal qual aconteceu com o BUE, a cancelar o acesso ao microcrédito as candidaturas de projetos desenvolvidos por empreendedores que tenham beneficiado de formação no centro.

Quanto a intermediação entre oferta de trabalho e mão-de-obra, no período em análise, o centro contribuiu na empregabilidade de 107 formandos, nos setores de hotelaria e construção civil²⁶.

O quadro a baixo ilustra as atividades desenvolvidas pelo CLESE no período em análise:

Tabela 5.. Número de empreendedores formados, empregados e financiados e 4 anos.

ANOS	CLESE		
	Formados	Empregados	Financiados
2013	-	-	-
2014	89	-	-
2015	78	107	-
2016	46	-	-
Total	213	107	15

Fonte: Elaboração própria/dados do CLESE-Moxico e CEIC/UCAN

A informação constante do quadro acima não engloba os resultados alcançados através do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INFOP).

Segundo o Relatório e contas do Banco Sol (2014:39-40; 2016:31-32), do total de microcrédito e financiamentos concedido pelo banco na província, a maior parcela abrangeu os micro e pequenos empreendedores conforme as tabelas 6 e 7, o que demonstra a expressividade das atividades económicas de empresas deste porte, não apenas a nível nacional, também na província.

²⁶ Dados adquiridos através da Agência Angola Pess, apresentados pela coordenadora do CLESE na província.

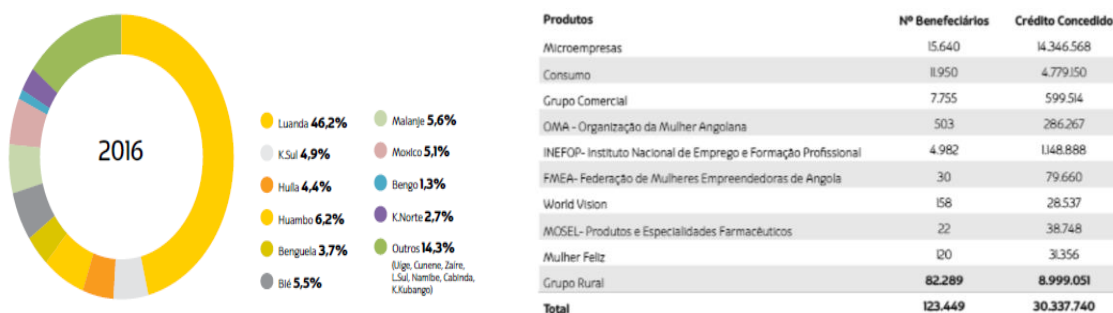
Tabela 6. Distribuição geográfica do microcrédito e de produtos mais beneficiados em 2014 pelo Banco Sol.



Fonte: Relatório e contas do Banco Sol, 2014

De acordo com os dados extraídos do Relatório do Banco Sol, em termos do microcrédito, em 2013 foram financiados em todo o país 104.245 projetos com um valor total de 15.913.873,4 milhões de kwanzas, dos quais 2,5% foram na província do Moxico. Os produtos identificados com o empreendedorismo como microempresas, crédito ao consumo e INEFOP, foram os mais beneficiados.

Tabela 7. Distribuição geográfica do microcrédito e de produtos mais beneficiados em 2016 pelo Banco Sol.



Fonte: Relatório e contas do Banco Sol, 2016

Comparativamente a 2013, em 2016 os resultados do microcrédito ao nível nacional e da província, representaram um aumento (vide tabela 7.) tanto em número de beneficiados (123.449 beneficiados) assim como no valor disponibilizados (30.337,740 milhões de kwanzas).

De salientar que, apesar do aumento em 5,1% do total de crédito concedido na província do Moxico, neste não constam projetos de empreendedores do CLESE pois no referido ano, de acordo com responsável o Banco já havia encerrado o financiamento para projetos que se candidatassem por meio do centro.

iii. BALANÇO

A implantação dos Centros Locais de Empreendedorismos e Serviços de Emprego em Angola, levam-nos a refletir em duas perspectivas - uma positiva e outra negativa - caso se considerem os resultados alcançados.

Por um lado, aumentou e possibilitou a abertura de novos negócios, levou a que vários empreendedores tornassem independentes economicamente, aumentou o número de postos de trabalho o que teoricamente estaria a contribuir na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, podendo ser considerado positivo.

Por outro, os resultados anteriormente mencionados foram insustentáveis o que impossibilitou o alargamento e a continuidade da política. Grande parte dos micro e pequenos negócios abertos foram à falência, uns por falta de rigor na implementação e no cumprimento das orientações técnicas (plano de negócio/estudos de viabilidade económica) e pela dificuldade económica que o país atravessa, outros por não darem o destino adequado do montante recebido ao banco, que supostamente seria para a implementação de um negócio, sendo que em muitos casos nem se quer o negócio teve início (o valor foi destinado a outros fins, como compra de bens de uso pessoal, motociclos e similares, construção de habitação, etc.), ficando sem capacidade de reembolsar o valor emprestado através do microcrédito. Por esta via, não foram atingidas as metas desejáveis, o que consideramos ser negativo. Desta forma, por essas e outras, a principal ideia de financiar de forma sucessiva outros micro e pequenos empreendedores com o valor reembolsado fracassou.

Rodrigues (2016:24), ao pronunciar-se sobre a importância do microcrédito para o engrandecimento dos micro e pequenos empreendedores salienta que “devido às suas características específicas, o microcrédito é caracterizado como um acordo contratual que possibilita o acesso ao crédito por micro e pequenos empreendedores e, por conta disto, é considerado um instrumento de geração de emprego e rendimento e de promoção do

crescimento e desenvolvimento económico”. Se não for acompanhado e monitorizado, o processo estará condenado ao fracasso.

O sucesso dos empreendedores resulta da fusão de esforços por parte de todos, tal qual afirma Trigo (2003:59) “as atividades empreendedoras não são uma decorrência automática (...), antes requer a cooperação conjunta de estruturas institucionais e empreendedores”. Duarte e Esperança (2012:46), acrescentam “os empreendedores precisam de ser apoiados na aquisição de conhecimentos e das competências necessárias para criar/adaptar as respetivas ideias de negócios/empresas às novas realidades. A troca de experiências e a cooperação em grupos ou em rede pode ajudar os empreendedores a encontrar inspiração e aconselhamento (...)”.

4. ANÁLISE COMPARATIVA DAS POLÍTICAS DE EMPREENDEDORISMO NO MOXICO

Tendo em atenção a análise das políticas anteriormente feita e de acordo com os resultados alcançados, neste capítulo apresentamos os pontos fortes e fracos dos referidos instrumentos de política, bem como os riscos assumidos na sua implementação, para que sejam extraídos exemplos que venham acautelar erros no futuro. Isto sem esquecer as oportunidades que a província apresenta no âmbito do empreendedorismo, o que de certa forma, caso os instrumentos fossem aplicados de maneiras apropriada obedecendo as regras de implementação dos projetos, poderia proporcionar ao país e em particular ao Moxico um tecido empresarial forte, coeso e sustentável.

4.1. PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS DAS POLÍTICAS EM QUESTÃO

Ao longo dos anos em Angola criaram-se várias políticas de apoio ao empreendedorismo com mesmos formatos e destinatários, estas por sua vez são bastantes dispersas, sendo que sobre os mesmos instrumentos existem várias instituições tutelares, “estas iniciativas foram tão excessivas e conduzidas a um ritmo tão acelerado que seu conhecimento ainda é falho, no que concerne às lógicas institucionais dos instrumentos criados, à natureza das estratégias de ação e a medida de eficácia desses apoios” (Lastres et. all. 2003:511). Ao nosso ver, por essa via desperdiçam-se energias pois, sobre os mesmos objetivos, aplicam-se vários recursos sem se alcançar resultados desejados.

Desta forma, nem o Estado e/ou outras instituições envolvidas, “conseguem monitorar o conjunto de instrumentos utilizados, articular os órgãos inseridos no processo e garantir que os apoios estejam não só a altura, mas também sejam bem-adaptados aos interesses e necessidades do pequeno empreendedor” (Lastres et all, 2003:511).

Tendo em conta os resultados alcançados, sem que a responsabilidade recaia sobre uma instituição em específico, embora a maior incumbência seja principalmente do Estado, através das várias instituições responsáveis por cada instrumento e dos empreendedores envolvidos nos diferentes programas, pode dizer-se que o modelo aplicado para o funcionamento dos diferentes instrumentos de políticas tem-se revelado bastante ineficiente.

Conforme a avaliação feita aquando da elaboração do Programa de desenvolvimento das MPME's (2012:26), já estavam identificadas e acauteladas as principais razões de insucesso dos programas anteriores, o que até certo ponto não voltaria a repetir-se. Sendo que os instrumentos apresentados dispunham de elementos teóricos sólidos e classificados como fundamentais, à primeira vista, para o sucesso da política e que contribuiria de formas desejável no alcance de resultados excelentes, mas que infelizmente postos em prática não aconteceu, nesta ordem de ideia não encontramos outra explicação senão que:

1) Como já referimos no capítulo anterior, por causa de vários fatores que não nos interessa mencionar, as políticas nacionais de apoio às micro e pequenas empresas, foram fortemente influenciadas e inspiradas nos exemplos de países que nos são próximos como Brasil e Portugal e nalguns casos os instrumentos são literalmente semelhantes, não foram acauteladas as especificidades e diferenças de Angola comparando com as dos países mencionados;

2) A concessão dos instrumentos de política, foi rigorosamente fundada na perspetiva nacional ao invés da regional e/ou das províncias. Do ponto de vista geográfico e das disparidades territoriais, Angola é um país vasto e possui grandes desigualdades sociais, fruto das diferentes guerras²⁷ em que o país passou, tendo resultado em desequilíbrios regionais entre as províncias do litoral e do interior, o que de certa forma, seria impossível pensar que um instrumento de política que resultasse num determinado ponto do país pudesse igualmente ser referência de sucesso para os outros espaços do território.

A implementação apoiada nos modelos teóricos sem se analisar com profundidade as especificidades e o potencial endógeno de cada província, a nosso ver, contribui fortemente para o insucesso. Assim sendo, temos a referenciar alguns pontos fortes e fracos dos instrumentos de política (INAPEM, BUE e CLESE) no Moxico, levando em

²⁷ Primeiro com os 13 anos (1961-1974) de luta colonial, travada entre forças portuguesas e movimentos de libertação de Angola, seguindo-se os 27 anos (1976-2002) de guerra fria entre os três movimentos (MPLA, UNITA e FNLA) (Agostinho, 2011:19-31), tendo causado mortes e destruição de várias infraestruturas. Mais informação em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20em_Angola.pdf

consideração balanços e opiniões de diferentes atores envolvidos no processo ao longo dos anos.

Quando analisamos os pontos fortes e fracos dos instrumentos de política, aplicados na realidade de Angola e em particular da província do Moxico, tendo em conta o atual momento, embora os resultados ainda estarem aquém dos desejados, pode-se afirmar que, a implementação de políticas que objetivassem o fomento de empresas de pequeno porte foi oportuna.

Assim sendo, o quadro que se segue apresenta os pontos dos referidos instrumentos:

Figura 4. Representação dos pontos fortes dos instrumentos de política no Moxico.

INSTRUMENTOS DE POLÍTICA	PONTOS FORTES
<p>INAPEM</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Direcionada para a legalização e formalização das MPME's; ✓ Fortes ligações com os mecanismos estatais de financiamentos; ✓ Inserida nas políticas públicas de apoio a atividade empresarial; ✓ Cobertura de vários setores de atividade económica.
<p>BUE</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aglutinação num só espaço de vários órgãos de apoio a atividade empreendedora; ✓ Direcionada para a constituição e formalização dos negócios informais; ✓ Inserida nas políticas públicas de apoio ao pequeno negócio.
<p>CLESE</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Direcionada para dar formação e suporte técnico aos empreendedores; ✓ Fortes investimentos em recursos tecnológicos de suporte a atividade de formação; ✓ Com instalações apropriadas e sua estrutura alargada para as cedes municipais.

Fone: Elaboração própria

Figura 5. Representação dos pontos fracos dos instrumentos de política no Moxico.

INSTRUMENTOS DE POLÍTICA	PONTOS FRACOS
<p>INAPEM</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reduzida capacidade de recursos especializados na oferta de serviços de apoio técnico; ✓ Fraca qualificação de funcionários e do pessoal técnico; ✓ Fraca atuação no que se refere aos apoios técnicos e especializados; ✓ Ausência de apoio técnico e de aconselhamento as MPME's de formas sustentável; ✓ Falta de mecanismos de monitorização dos projetos; ✓ Falta de sustentabilidade dos projetos apresentados aos Bancos; ✓ Atual instalação inapropriada para estrutura da instituição na província.
<p>BUE</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Insuficiência de técnicos especializados na atividade; ✓ Maior número de funcionários contratados e sem remuneração; ✓ Falta de mecanismos de monitorização dos empreendedores; ✓ Mecanismos de monitorização dos projetos ineficientes; ✓ Pouco rigor na responsabilização dos atores; ✓ Insuficiências na avaliação dos projetos; ✓ Elevado índice de intermediação informal de empreendedores/bancos.
<p>CLESE</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Insuficiência de técnicos especializados na atividade formativa; ✓ Modelo de ensino e treinamentos apoiado em aulas teóricas do que em simulação real; ✓ Falta de especialistas para o suporte técnico (consultoria, jurídica, contabilidade, incubadoras, etc.).

Fone: Elaboração própria

O desenvolvimento sustentável das políticas públicas de apoio ao empresariado passa pela necessidade de superar os embaraços identificados como fatores de bloqueio que impossibilitam o alcance dos resultados de formas desejável. Nesta senda, foram identificados razões mais que profundas caraterizadas como pontos fortes e fracos para o sucesso e insucesso das políticas analisadas no Moxico.

Na linha dos pontos fortes os três instrumentos de política, apresentam alguns aspetos que do nosso ponto de vista consideramos importantes e que em breves palavras vale apenas realçar. Os instrumentos são de iniciativa do Estado, cobrem distinta

atividade do setor económico, possuem características específicas direcionadas para o apoio das empresas de menor porte e são de aplicação nacional.

Enquanto, nos pontos fracos, um dos maiores “calcanhar de Aquiles” no desenvolvimento dos instrumentos de política tem sido, em muitos casos, a forma como os projetos a apoiar são selecionados, os mecanismos de monitorização dos projetos apoiados também se revela insuficientemente e pouco robustos, facilitando a tendência não apenas para que os empreendedores apoiados estejam insuficientemente preparados para conduzir projetos empresariais com sucesso, como além disso, o sistema se torne vulnerável a abusos e oportunistas, para além de haver uma utilização indevida dos referidos recursos, por falta de processos adequados de seleção e acompanhamento. A reduzida capacidade técnica de recursos humanos especializados em matérias de gestão empresarial, é também por nós considerado ponto fraco dos três instrumentos na província.

Um estudo desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em 2004, abordando a questão da dificuldade com que se deparam as empresas de pequeno porte, quanto a questão do acesso aos serviços de apoio para o seu desenvolvimento, salientava que “as micro, pequenas e médias empresas angolanas não dispõem de serviços que possam apoiar o seu desenvolvimento e crescimento. Os serviços disponíveis encontram-se concentrados em Luanda e estão orientados para clientes mais importantes” (PNUD, 2004:6). Desta forma, torna-se ainda mais complicado e as dificuldades são triplicadas para empreendedores localizados no Moxico, sendo que a província dista aproximadamente 1314 quilómetros da cidade capital (Luanda), por estrada, o que inviabiliza a busca e obtenção de apoio especializado. Não apenas pela distância e pela dificuldade das vias de acesso (estradas), assim como pela ineficiência dos serviços tecnológicos que de uma forma facilitariam o contacto já que alguns instrumentos de política, utilizam a tecnologia de comunicação para dar suporte aos empresários.

Além do mais, maior é a necessidade de assegurar que os mecanismos de crédito aos empreendedores não incorram no problema do incumprimento e dessa forma seja possível impedir, não apenas esgotar da fonte de financiamento e/ou dotação orçamental cabimentada para o efeito, se não também tirar a legitimidade deste instrumento, já que a política existe para apoiar o empreendedorismos com condições não só técnicas assim

como de créditos favoráveis mais que os beneficiários a não devolverem os referidos empréstimo contribuem para que a política seja insustentável. Para tal, os mecanismos de combate precisam ser afinados por forma a reduzir o incumprimento de maneira a não prejudicar outros interessados e com maior responsabilidade.

Na realidade das atuais políticas de apoio ao empreendedorismo em Angola, a conexão institucional também tem sido pouco sólida. As instituições cumprem separadamente ao seus papéis, não existe um acompanhamento sequencial dos micros empreendedores de uma para outra instituição (desde a formação/constituição/formalização ao financiamento e dos primeiros passos até a maturidade do projeto), tudo causado pelo fato de que as “instituições responsáveis pelo desenvolvimento das micro e pequenas empresas continuam a ser segmentadas e casuísticas, envolvendo diversas instituições sem uma estratégia coerente nem meios de coordenação eficazes” (PNUD, 2004:6-7). Isso propicia as altas taxas não só de mortalidade assim como permite o incumprimento das prestações perante os financiadores pois é nos primeiros anos onde os empreendedores se deparam com maiores dificuldades, necessitando assim de um suporte técnico especializado para sua sobrevivência. Aoki e Badalotti (2014:1307) mencionando Maximiano (2006), chamam atenção sobre as principais razões que propiciam o desaparecimento das micro e pequenas empresas. Segundo ele, a falta de políticas públicas que viabilizem e consolidem novos empreendedores, a demora nas prestações técnicas e burocracia, leva a que essas empresas deixem de existir já nos primeiros anos. A nosso ver, tais fatores constituem também pontos fracos dos instrumentos e são partícipes das causas que levaram a que os resultados previstos na elaboração das políticas fossem alcançados de formas parcial.

De acordo com um dos intervenientes²⁸, os empreendedores queixam-se por falta de apoios técnicos e financiamento por parte das instituições apropriadas e bancos, para o arranque de certos projetos. Os poucos apoios que existem em muitos casos, são disponibilizados em função do conhecimento e da influência que o empreendedor possui em relação aos supostos indivíduos responsáveis pela finalidade.

²⁸ Declarações proferidas por um persistente empreendedor do ramo da agricultura na província, que há muito tem vindo a concorrer aos apoios e financiamentos mas que nunca teve o referido benefício.

Embora a descrição feita evidencie aspetos poucos favoráveis para o sucesso das políticas, há que ressaltar alguns elementos importantes e de diferenciação que cada instrumento apresenta.

No caso do INAPEM, para além de possuir uma estrutura de cobertura nacional, é responsável pela dinamização do empreendedorismo através da certificação e classificação das empresas, seguindo a Lei 30/11 das MPME's e também utiliza com frequência tecnologia de comunicação para auxiliar as atividades dos empreendedores. Infelizmente, por dificuldade de acesso às tecnológicas de comunicação, no Moxico não tem sido de uso alargado por parte dos empreendedores, o que de certa forma não tem possibilitado o tratamento célere dos assuntos relacionados com as empresas e assim sendo, as instituições recorrem aos métodos tradicionais para responder às distintas preocupações do empresariado da província.

O BUE por sua vez, uma das características importantes e de diferenciação que possui é que, conforme o Decreto Presidencial n° 40/12 de 13 de Março, aglutina num só espaço vários serviços que concorrem para a formalização de um negócio, facilitando o processo de constituição e licenciamento das empresas de pequeno porte, de modos a transformar as atividades económicas informais em atos de comércio formais o que desta forma reduz não só a burocracia no tratamento dos processos, poupa tempo e possibilita a que os processos sejam tratados de formas abreviada, tal forma de funcionalidade ao nosso ver é bastante vantajosa.

No caso do CLESE, para além do uso das tecnologias de comunicação, a sua estrutura é fortemente focada na formação e apoio dos empreendedores e também estabelece a intermediação da procura e oferta de mão-de-obra, o que de certa forma não só dá formação assim como encaminha os formandos para o mercado de trabalho e isso ao nosso ver tem sido estímulo para jovens empreendedores.

4.2. RISCOS E OPORTUNIDADES DAS POLÍTICAS DE EMPREENDEDORISMO NO MOXICO

Da mesma forma como foram apresentados os pontos fortes e fracos dos instrumentos de política no Moxico, em seguida far-se-á uma descrição sobre os riscos enfrentados e as oportunidades identificadas aquando da aplicação da política de empreendedorismo no contexto real desta parcela do território do país

Figura 6. Representação dos Riscos e oportunidades da política de empreendedorismo no Moxico.

RISCOS
<ul style="list-style-type: none">✓ Reduzido conhecimento dos empreendedores em matéria sobre gestão de negócios;✓ Infraestruturas básicas de apoio a atividade económica fraca;✓ Baixo nível de qualificação da população jovem;✓ Elevado grau de informalidade da economia e fraca contribuição na arrecadação fiscal da província;✓ Deficiente acessibilidade de e para província;✓ Dificuldades de cooperação (instituições públicas - média e grandes empresas e empreendedores);✓ Políticas de apoio ao empreendedorismo articulada por várias instituições;✓ Pouco investimento privado e desligado dos centros de desenvolvimento da província;✓ Dificuldade na aquisição de financiamento junto dos bancos por falta de liquidez;✓ Empreendedores concentrados num só ramo de atividades (comercial);✓ Fraca operacionalização dos fundos de garantias ao crédito e de capital de risco para empreendedores na província;✓ Financiamentos aplicados de formas indevida.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">✓ Reconhecimento do Estado da importância do empreendedorismo para o desenvolvimento da província e/ou país;✓ População do Moxico maioritariamente jovem com grande vontade de empreender;✓ Existência de fundos públicos de apoio a atividade empresarial de pequeno porte;✓ Diversidade de fatores de produção, florestais (flora e fauna), hídricos, minerais, solos aráveis, etc. para competitividade;✓ Privilegiada localização geoestratégica no contexto da SADC;✓ Ambiente favorável para negócios.

Fonte: Elaboração própria

Foram identificados um conjunto de problemas gerais e específicos (falta de financiamento regular, falta de uma coordenação dos diferentes instrumentos, falta de um plano de ação claro, fraca operacionalização dos fundos de garantia, empreendedores concentrados num só ramo de atividade, infraestruturas de apoio deficitárias, apenas para mencionar alguns). Por sua vez, tais problemas na verdade não são absolutamente novos, existia à partida a noção de que esses fossem fatores críticos de sucesso que podiam pôr em causa o bom desempenho dos programas. Uma análise feita pelo Ministério da Economia em 2012, sobre o desempenho de programas passados já apontava tais problemas como fatores de insucesso dos mesmos e desta forma nos instrumentos recentes tais erros seria não só corrigidos mas também acautelados (Programa de desenvolvimento das MPME's, 2012:26-30), pois atendendo a importância e complexidade dos programas, o referido Ministério estava fortemente empenhado na correta implementação dos futuros programas para que permitisse obter resultados tangíveis e visíveis nos primeiros meses de implementação dos instrumentos de política, o que na prática não aconteceu, tal como se desejava.

Considera-se também como risco o fato de vários empreendedores não aplicarem de forma correta os financiamentos adquiridos e em vários casos, apresentarem a ideia de doação, ou seja, pensam que os valores adquiridos lhes foram oferecidos pelos órgãos financiadores (bancos), e que não será necessário à sua devolução. Além do mais, as instituições financiadoras pouco ou nada conhecem da real e atual situação de vários empreendimentos e/ou projetos financiados. Isso tem vindo a dificultar a avaliação necessária dos referidos projetos o que consequentemente dificulta a que os empreendedores façam o reembolso do capital aplicado. E mais, pouco ou nada se sabe sobre os objetivos específicos dos vários instrumentos de apoio, das modalidades de ações e seus efeitos.

Por isso, a ser assim, uma boa clarificação permitiria a fácil monitorização não só dos empreendedores como dos distintos atores envolvidos no processo. Olhando para as várias modalidades de apoio estipuladas nos diferentes instrumentos Lastre sugere “que a gama de intervenções poderia integrar certas características possíveis de tornar mais adaptadas e mais eficaz” (Lastre et al. 2011:519-524).

O fato de se reconhecer o empreendedorismo como motor do desenvolvimento das economias levou a que o governo de Angola não se posicionasse do lado de fora desta

realidade. Neste contexto, de acordo com o PNUD (2004:5), o país dispõe de “oportunidade excelente para incentivar o crescimento do setor das micro, pequenas e médias empresas, investindo no aumento da oferta de serviços importantes e necessários, ao mesmo tempo aplicando medidas para criar um ambiente apropriado para o crescimento”.

Foi assim que no Moxico, o governo, aproveitando a disposição da sociedade, especialmente da camada jovem com vontade de empreender, valorizando os diferentes recursos naturais, havendo fundos públicos de apoio a atividade empresarial, foram elaborados instrumentos de política que pudessem contribuir no desenvolvimento do setor empresarial da província com especificidade para os micro empreendedores com vista o seu desenvolvimento. Atendendo as mais variadas oportunidades que a província oferece, era de todo espectável que com a implementação dos referidos instrumentos a curto e médio prazo, os resultados fossem visíveis.

Ainda assim, os desafios são bastantes elevados para a província do Moxico sendo que os resultados alcançados ainda estão distantes para satisfazer as preocupações e necessidades dos cidadãos neste espaço.

Analisando as expectativas criadas na implementação das políticas de empreendedorismo, de forma a não defraudar os distintos beneficiários “é importante que seja desenvolvida uma estratégia local para o crescimento do setor empresarial, desenvolver condições favoráveis e propícias de expansão dos mecanismos de financiamento, redirecionar as técnicas de formação e alargar a oportunidade dos serviços de apoio ao desenvolvimento” dos empreendedores desta província (PNUD, 2004:6-7).

5. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E LINHAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURAS

5.1. CONCLUSÕES

Neste capítulo, numa primeira fase faremos a apresentação das conclusões a que chegamos com a investigação. Seguidamente, serão indicadas limitações identificadas ao longo da pesquisa, terminando assim com algumas recomendações importantes, bem como possíveis linhas de investigação para estudos futuros nesta temática.

Na pesquisa, a problemática das políticas de apoio ao empreendedorismo foi identificada na perspetiva de se entender até que ponto contribui para a redução do desemprego e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Discutiram-se também as causas do insucesso dos referidos instrumentos e das dificuldades vivenciadas pelos empreendedores na província do Moxico, sendo que, os modelos de referência a que se inspiram, embora também com dificuldades, apresentam resultados positivos, muito distanciados dos analisados. Desta forma, depois de se desenrolar a investigação concluiu-se o seguinte:

Atualmente o exercício de governação do Estado com base em políticas públicas voltadas ao apoio do empreendedorismo, resulta do reconhecimento que é dado a empresas deste porte, como fonte de desenvolvimento económico e social dos países e por isso serem direcionados esforços para o surgimento e aumento de mais empreendedores, com vista a reduzir o elevado índice de desemprego, pobreza e consequentemente a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

O país possui um quadro de diversos programas e instrumentos de políticas direcionadas para o apoio ao empreendedorismo, o que tem vindo a fomentar no seio da sociedade o espírito de empreender, possibilitando a que os indivíduos possam pôr em prática iniciativas próprias com vista a criarem seus negócios. Infelizmente, as dificuldades têm vindo a inibir o avanço de projetos e o surgimento de novas ideias, fazendo com que os poucos que conseguem confrontar esses desafios sejam afrontados por obstáculos ao ponto de, na maioria dos casos, em pouco tempo desistirem.

Quanto aos resultados dos programas e instrumentos de apoio ao empreendedorismo, apesar dos esforços, lamentavelmente ainda apresentam dificuldade

de adaptação, sendo que o contexto territorial e de recursos necessários para o funcionamento dos mesmos são deficitários. No caso do Moxico, concluímos que, sendo uma das províncias devastada pela guerra civil, a deterioração do seu tecido institucional e a inexistência de recursos suficientes, capazes de contribuir na implementação sólida dos instrumentos é elevada, desta forma, os problemas nesta parcela do território do país são ainda mais transcendentais. Para além disso, embora sejam as empresas de pequeno porte “flexíveis e capazes de se adaptar rapidamente às mudanças” (Puga, 2000:7), o fato de que os instrumentos aplicados nesta província não fornecerem solidez nos apoios técnicos e/ou financeiros, impossibilitou o surgimento de empreendedores dotados de capacidades para superar e ultrapassar problemas. Assim sendo, ainda se verifica um elevado índice de desemprego, pois os poucos postos de trabalhos que foram criados com o surgimento de empreendedores, em pouco tempo foram desfeitos fruto da mortalidade destes empreendimentos.

Outra conclusão a que chegamos sobre o funcionamento deficitário dos instrumentos de política nesta província tem a ver com a inexistência de recursos e também, pelo fato de que os modelos sobre os quais os programas se apoiam, foram importados de países próximos como Brasil e Portugal onde os resultados se revelam satisfatórios. Infelizmente a sua aplicação não obedeceu o contexto específico do país e por sua vez, através destes modelos foram concebidos instrumentos de política ao nível nacional com aplicação local, novamente sem se ter em conta as potencialidades das diferentes províncias. Isso revelou-se um obstáculo à concretização eficaz dos programas, o que até certo ponto trouxe ao de cima problemas até então ocultos, como a falta de responsabilidade dos diversos atores, insuficiência de recursos capazes de responder efetivamente às necessidades dos empreendedores, falta de rigor na avaliação dos projetos, acrescentando o problema das infraestruturas de apoio deficitária, etc., constituíram fortes motivos para que os resultados fossem falhos e impossibilitou o alcance dos objetivos propostos na conceção das políticas.

Além do mais, do ponto de vista económico o governo angolano enfrenta grandes desafios, causados pela crise instalada no país, resultante da queda do barril de petróleo no mercado internacional, sua principal fonte de receitas e pela deficiente articulação das mais variadas políticas, tendo com isso provocando um clima desfavorável à continuidade dos instrumentos concebidos para o fortalecimento do empreendedorismo.

Para o Estado os desafios acrescentam-se ainda mais, tanto ao nível nacional quanto da província, sendo que com a implementação dos vários programas constavam da lista de objetivos do governo diversificar a sua economia, aumentar a produção nacional, elevar a qualidade da produção nacional, transformando-as em competitivas por forma a promover a exportação dos referidos produtos e gerar novos postos de trabalho de forma sustentável para combater o desemprego, a fome e a pobreza, o que não foi de todo alcançado.

Assim sendo, para a resolução dos referidos problemas, deve-se reforçar a intervenção do Estado através dos mecanismos ao seu dispor, com vista a solidificar o ambiente de negócio, não apenas melhorando as condições necessária para o efeito, mas também consciencializar os vários atores sobre a responsabilidade que se pede ao tomar qualquer iniciativa que vise implementar e fomentar o empreendedorismo no país e/ou na província. Essas iniciativas passam por:

As instituições tutelares dos distintos programas e instrumentos de política devem pôr em consideração os erros ou fatores críticos de sucessos identificados na implementação dos instrumentos para que nas próximas iniciativas tais erros não se repitam;

Devem-se reforçar os mecanismos institucionais de análise da qualidade dos projetos e de acompanhamentos dos empreendedores antes e durante a implantação do projeto;

É importante fazer perceber aos empreendedores que o caminho de empreender carece de correr riscos, mas antes identificá-los, conhecê-los para o poder minimizar com ajuda dos instrumentos de apoio postos ao seu dispor. Infelizmente para o caso do Moxico, por falta de orientações técnicas sólidas, muitos empreendedores desconhecem os riscos associados aos seus negócios e isso tem-se revelado nefasto para a sustentabilidade de vários projetos. Para tal é importante que as instituições envolvidas sejam preparadas tando do ponto de vista do seu quadro de especialista, bem como de recursos indispensáveis para a concretização das linhas de atuação dos programas, por forma a que estejam dotados e com capacidade técnica para responder tais preocupações.

Apesar disso, não podemos afirmar que os instrumentos na província foram um insucesso absoluto. Nos dias atuais o número de empreendimentos de menor porte na

província tem vindo a aumentar, embora muitos não resultem dos apoios criados através dos vários instrumentos em questão, mas motivados por fatores culturais e incentivados pela necessidade das famílias diversificarem suas fontes de rendimentos e ainda que direcionados para o mesmo ramo de atividade económica existe a clara vontade e o ânimo para se abrir novos empreendimentos. Quanto à redução do desemprego, infelizmente não conseguimos precisar quantos foram criados e/ou existem no setor do empreendedorismo na província, tendo em conta que a maioria de empreendimentos abertos funcionou e ainda funciona de forma informal, o que limita a exposição dos dados estatísticos por parte das instituições responsáveis pelo controlo. Ainda assim, pode dizer-se que a inserção de pessoas nestes empreendimentos como forma de os empregar, embora de forma precária, é visível.

Estamos certos de que, os resultados alcançados representam parte de um todo desejável que não foi atingido. Caso os instrumentos tivessem sido aplicados salvaguardando certas especificidades, talvez os resultados hoje fossem diferentes.

5.2. LIMITAÇÕES

O estudo desenvolvido apresenta limitações de várias ordens. Para tal, queremos destacar algumas que ao nosso ver, caracterizamos como impedimentos que, de uma ou de outra forma tenham afetado negativamente o progresso da pesquisa.

Em primeiro lugar, tivemos dificuldade na recolha de dados. Deparamo-nos com vários problemas na cedência de informação por parte de alguns responsáveis de instituições, tendo estes revelado pouca disposição para fornecerem dados importantes que revelassem o real estado dos programas. Isso enfraqueceu a qualidade e quantidade da informação estatística e também nos impossibilitou de efetuar uma análise atualizada e mais detalhada dos programas.

Segundo, do ponto de vista da metodologia utilizada, embora alguns autores considerem a entrevista como um “instrumento por excelência da investigação social” (afirmação de Marconi e Lakatos, 2003:196-198), durante a pesquisa revelaram-se limitações na medida em que, nalguns momentos, a intenção da pesquisa fosse mal

compreendida por alguns entrevistados, fazendo com que as suas opiniões se revelassem cautelosas, com receio de não manchar sua identidade;

Terceiro, Não existem estudos relacionados ao tema e com objetivos de analisar os instrumentos de incentivo empresarial na província do Moxico

De qualquer forma, a abordagem focalizada nas políticas de apoio ao empreendedorismo no Moxico permitiu-nos compreender a forma como os três programas atuam.

5.3. RECOMENDAÇÕES

Tendo em atenção o conhecimento que obtivemos no decorrer da pesquisa e com base nas informações e resultados alcançados, somo a recomendar o seguinte:

No âmbito das políticas de apoio ao empreendedorismo é importante que o governo adote medidas que visam adequar e melhorar o funcionamento dos programas e instrumentos de políticas, tendo como ponto de partida a real condição de infraestruturas e de recursos disponíveis em cada região do país.

É importante que o processo de formação dos empreendedores seja não apenas teórico, mas que esteja alicerçado no modelo teórico/prático, onde empresas com mais experiência e tempo de mercado sirvam de suporte aos empreendedores principiantes.

Que as políticas públicas de fomento à produção nacional sejam efetivas, abrangentes e capazes de responder ao nível nacional e dos distintos setores de produção às necessidades dos empenhados no processo, elevando a produção ao alto patamar de competitividade.

É importante que as políticas sejam abrangentes e não se limitem apenas à concessão de créditos e financiamentos em condições vantajosas, mas que “facilitem o acesso dos empreendedores ao sistema funcional, como prestar assistência técnica antes e depois do início da atividade e incentivar a cooperação entre elas, e também o governo deve ajudar, aconselhar, assistir e proteger os interesses dos empreendedores assim como assegurar que uma parcela do setor público seja direcionada efetivamente a essas empresas” (Puga, 2000:7-15)

Deve-se punir toda a ação proibida, de incumprimento das regras de funcionamento das instituições responsáveis pelos programas, que sejam praticadas e confirmadas tanto por parte dos atores internos aos programas (funcionários, técnicos e outros), bem como aos externos (empreendedores e tomadores de empréstimo), como forma de inibir posteriores comportamentos ilícitos e irresponsáveis dos mesmos.

5.4. LINHAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURAS

Nas últimas décadas em todo mundo tem-se verificado um avultar de estudos na linha das políticas públicas voltadas às micro, pequenas e médias empresas assim como de pequenos empreendedorismos, isso demonstra a importância que os Estados e outras sensibilidades atribuem ao setor. Assim sendo, o desenvolvimento limitado da presente pesquisa e a coleta de informação sobre o tema abre pistas ou linhas de investigação futuras que visem aprofundar conhecimentos nesta temática. Desta forma, seria importante que se direcionassem investigações nas seguintes linhas:

- Estender a investigação ao nível nacional, medir o impacto das políticas de apoio ao empreendedorismo por forma a comparar as razões do bom/mau funcionamento nas diferentes províncias do país.
- Analisar como as políticas públicas de incentivo ao micro pequeno negócio informal podem contribuir na melhoria das condições de vida das famílias com rendimento baixo.
- Desenvolver uma estratégia de política empresarial com o foco no potencial endógeno das províncias e dos municípios.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alano, J. et. al. (2014), “Evolução do empreendedorismo no Brasil: Um estudo do global Entrepreneurship Monitor no período de 2001 a 2013”. XIV Mostra de Iniciação Científicas, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucsppga/mostrappga2014/paper/viewFile/3735/1208>.
- Albagli, S. e Maciel, L. (2002), “Capital social e empreendedorismo local”, Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, (online), disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF2/NT%20SaritaMLucia.PDF>.
- Angolamarkt (online), disponível em: <http://www.angolamarket.com/index.php?page=view/article/171/Moxico-Province>.
- Aoki, V.C.G. e Badalotti, R.M. (2014) “Dificuldades e perspectivas no acesso de micro e pequenas empresas a linha de crédito públicas: o caso de Chapecó”, Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro 48 (5):1305-1327.
- Banco Sol (2014) “Relatório e Contas”. Disponível em: <http://www.bancosol.ao/upl/%7Bf8a43192-a6a3-4e9b-b00f-9647eed888d0%7D.pdf>
- Banco Sol (2016) “Relatório e Contas”. Disponível em: <http://www.bancosol.ao/upl/%7B02cc134d-ec91-42b5-bbda-732191b882e5%7D.pdf>.
- Basto, M. L. (2012), *Empreendedorismo e as Políticas Ativas de Emprego Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego*, Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Humanos, Vila Nova de Gaia, Instituto Superior de Línguas e Administração.
- BNA-Banco Nacional de Angola (2013), “Estudo do desenvolvimento equilibrado da função de crédito na economia de Angola”. Disponível em: <http://www.bna.ao/uploads/%7B882116a5-4f03-4951-93d7-0d1ad44235ff%7D.pdf>.

- Bonacim, C.A.G. et al (2009), “Mortalidade dos empreendedores de micro e pequenas empresas: causas e aprendizagem”, *Revista de Gestão e Regionalidade*, 25 (74):61-78.
- Boneti, L.W. (2012) “As políticas públicas no contexto do capitalismo globalizado: da razão moderna à insurgência de processos e agentes sociais novo”, *Revista eletrónica de Humanidade do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, Macapá (5):17-28. Disponível em:
<http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/587/>.
- BPC- Banco de Poupança e Crédito (2016) “Relatório e Contas”. Disponível em:
http://www.bpc.ao/bpc/pt/conheca_o_bpc.1/relatorio_e_contas.9.html.
- Buarques, S. C. (1999), “Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável”. (online), disponível em:
<http://www.iica.org.br/docs/publicacoes/publicacoesiica/sergiobuarque.pdf>.
- Capontes, C. M. G. (2012), *Género e empreendedorismo em Portugal: Estudo empírico com base nos dados do global entrepreneurship monitor*, Dissertação de Mestrado em Gestão de Empresas, Bragança, IPB. Disponível em:
https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/8229/1/Carina_Capontes_MGO_2012_Gestão%20de%20Empresas.pdf.
- CEIC-UCAN (2014), “Relatório Economico de Angola”. Disponível em:
<http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2017/02/Relatório-Económico-de-Angola-2014.pdf>.
- CEIC-UCAN (2016), “Relatório Economico de Angola”. Disponível em:
<http://interlusofona.info/wp-content/uploads/2017/07/2016-Angola-Relatorio-economico.pdf>.
- Comissão Europeia (2006) “Promover o espírito empreendedor através do ensino e da aprendizagem”. Bruxelas. Disponível em:
<http://www.ore.org.pt/filesobservatorio/pdf/EspiritoEmpreendedor.pdf>.
- De Oliveira, S. (2012), “Olhar a pobreza em Angola: causas, consequências e estratégias para a sua erradicação”. *Ciencias Sociais Unisinos*, (online), 48 (1):29-40. Disponível em:

http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/csu.2012.48.1.04/837.

Degen, R. (2008), “Empreendedorismo: uma filosofia para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza”, *Revista de Ciências da Administração*, 10 (2):11-30. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5164333.pdf>.

Dengue, P. A. (2016), *Retrato sobre o Empreendedorismo Economico em África concretamente em Angola: empíricas sobre a intervenção empreendedora dos estudantes do ensino superior angolano*, Dissertação de Mestrado em Gestão, Porto, Universidade Portucalense.

Deshaies B. (1992) *Metodologia de investigação em ciências humanas*. Lisboa. Instituto Piaget.

Duarte, C; e Esperança, J.P. (2012), *Empreendedorismo e planeamento financeiro*, Lisboa, Edições Sílabo.

Duverger, M. (1996), *Método de las ciencias sociales*, Barcelona, Ariel Sociología.

Ferreira, M.P. et. al. (2008), *Ser empreendedor – pensar, criar e moldar a nova empresa*, Lisboa, Edições Sílabo.

GEM- Global Entrepreneurship Monitor (2008), “Empreendedorismo no Brasil”
Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM-Brasil-2008.pdf>.

GEM- Global Entrepreneurship Monitor (2012), “Empreendedorismo em Angola”
Disponível em: http://web.spi.pt/GEMangola2012/files/GEM_Angola_2012.pdf.

GEM- Global Entrepreneurship Monitor (2013) “Empreendedorismo em Portugal”,
Disponível em:
<http://empreende.service.develag.com/storage/app/media/GEM%20Portugal%202013.pdf>.

GEM- Global Entrepreneurship Monitor (2014), “Empreendedorismo em Angola”
Disponível em: <http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2015/08/GEM-Angola-2014.pdf>.

- GEM- Global Entrepreneurship Monitor (2016), “Empreendedorismo no Brasil”
Disponível em:
<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM%20Nacional%20-%20web.pdf>.
- Ghiglione, R. e Matalon, B. (1997), *O Inquérito: Teoria e Prática*, Lisboa, Celta Editora.
- Gourgel, A. P. S. (2011), “Cerimonia de cumprimento de fim de ano” comunicação integral do Ministro da Economia, realizada por ocasião de cumprimento de Fim de Ano, 28 de dezembro de 2011, Luanda. Disponível em:
<http://www.minec.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=810>.
- Governo de Angola (2012) Programa de desenvolvimento das MPME’s. Disponível em:
http://www.welvitchia.com/Novidades_files/Iniciativas%20de%20Apoio%20ao%20Micro_Pequeno_Medio%20Empreendedor%2010Abril2012%20_Futungo%20II%20.pdf.
- Governo de Angola (2016) Linhas mestras para definição de uma estratégia para a saída da crise derivada da queda do preço do petróleo no mercado internacional.
Disponível em: <http://www.ife.gov.ao/images/crise.pdf>.
- INE- Instituto Nacional de Estatística (2016), “Resultados preliminares do recenseamento geral da população e da habitação de Angola”. Disponível em:
http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Preliminares%20%20Censo%202014_FINAL.13.10.14.pdf.
- La Rovere, R. L. e Shehata, L.D. (2006) Políticas de apoio à micro e pequenas empresas e desenvolvimento local: alguns pontos de reflexão, *Redes, Santa Cruz do Sul*, 11 (3):9-24. Disponível em:
<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/10966>.
- Lastres, H.M.M. et all (2003), *Pequenas empresas: cooperação e desenvolvimento local*, Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- Lei 30/11 de 13 de setembro, Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Disponível em: http://abcempreendedor.com/conteudos/documentos/lei30-11_13set.pdf.

- Lopes, P.C. (2016), *A expansão da Rede Escolar: o Ensino Primário e o 1 Ciclo do Ensino Secundário na Província do Moxico – Angola (2008 a 2015)*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Porto, Universidade do Porto.
- Marconi, M.A. e Lakatos, E.M. (2003), *Fundamentos de metodologia científica*, São Paulo, Atlas.
- Martens, C.D.P. e Freitas, H.M.R. (2008), “Influência do ensino de empreendedorismo nas intenções de direcionamento profissional dos estudantes”, *Estudos e Debates* 15 (2):71-95.
- Mendes, A. I. M. (2012), *Empreendedorismo e Crescimento Económico - o caso de Angola*, Dissertação de Mestrado em Marketing e Gestão Estratégica, Minho, UMinho.
- MPLA (2012) Programa de Governação do MPLA para 2012-2017. Disponível em: <http://www.mpla.ao/imagem/ProGovMPLA.pdf>.
- Naia, A.M.P. (2009), *Importância da formação inicial no empreendedorismo. Estudo do percurso empreendedor de licenciatura da FMH*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Naretto, N. et. all. (2004), “A trajetória das políticas públicas para pequenas e médias empresas no Brasil: do apoio individual ao apoio a empresas articuladas em arranjos produtivos locais”, *Ipea-planejamento e políticas públicas* (27).
- OIT-Organização Internacional do Trabalho (2006) A OIT e a economia informal. Escritório em Lisboa. Disponível em: http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/economia_informal.pdf.
- Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017. Disponível em: www.governo.gov.ao/download.aspx?id=1264&tipo=publicacao.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (2004) “Programa de apoio ao desenvolvimento do setor micro e pequeno empresarial angolano”.

Documento do Projeto - ANG/03/011. Disponível em:

https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/AGO/00037249_Prodoc-AEP.pdf.

Portal de Angola. (online). Disponível em:

<https://www.portaldeangola.com/2014/06/melhoria-das-condicoes-de-vida-investimento-no-moxico-a-maior-provincia-de-angola/>.

Puga, F.P. (2000), *Experiência de apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas nos Estados Unidos, na Itália e em Taiwan*. Rio de Janeiro, BENDES, (Texto para Discussão 75). Disponível em:

<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/14275>.

Redford, D.T. (2013), *Handbook de educação em empreendedorismo no contexto português*. Porto, Universidade Católica Editora.

Rocha, M.J.A. (2010), *Desigualdade e assimetria regional em Angola - Os fatores de competitividade territorial*. Luanda, CEIC-UCAN.

Rodrigues, S. M. P. (2016), *Microcrédito e o desenvolvimento económico na região da África Subsariana - o caso da desigualdade de género*, Dissertação de Mestrado em Economia Monetária, Bancária e Financeira, Minho, Universidade do Minho.

Sarfati, G. (2013), “Estágios de desenvolvimento económico e políticas públicas de empreendedorismo e de micro, pequenas e médias empresas (MPME’s) em perspetiva comparada: os casos do Brasil, do Canadá, do Chile, da Irlanda e da Itália. *Revista de Administração Pública*”, Rio de Janeiro, 47 (1):25-48.

Sarkar, S. (2014), *Empreendedorismo e inovação*, Lisboa, Escola Editora.

Souza, C. (2006), “Políticas públicas: uma revisão da literatura”, *Sociologia, Porto Alegre*, 8 (16):20-45.

Teixeira, E. C. (2002). *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*, Salvador, AATR.

Trigo, V. (2003), *Entre o Estado e o mercado: empreendedorismo e a condição do empresário na China*. Lisboa, Ad Litteram.

Valles, M.S. (2002), *Cuadernos Metodológicos n.32*, Madrid, Centro de Investigações Sociológicas.

Vasconcelos, J.S. (2012) Empreendedorismo e competitividade, *Revista Dirigir e Formar*, (online), disponível em:
https://updoc.site/download/empreendedorismo-e-competitividade_pdf.

Legislação:

Decreto Executivo Conjunto nº 116/13 de 23 de Abril.

Decreto Executivo nº 284/13 de 9 de setembro.

Decreto nº 81/01 de 19 de Outubro. Legislação sobre: Emprego e Formação Profissional.

Decreto Presidencial nº 40/12 de 23 de Março.

Decreto Presidencial nº 41/12 de 13 de Março.

Decreto-Lei nº 266/2012 de 28 de dezembro do Ministério da Economia e do Emprego, Diário da República, 1ª série, nº 251. Disponível em:
<https://legislacaoportuguesa.com/decreto-lei-n-o-2662012-d-r-n-o-251-serie-i-de-2012-12-28/>.

7. ANEXOS

ANEXO A

Quadro nº A1. Processo típico de formalização da economia informal



Fonte: Programa de desenvolvimento das MPME's

Quadro nº A2. Condições para que a implementação do programa seja bem-sucedido



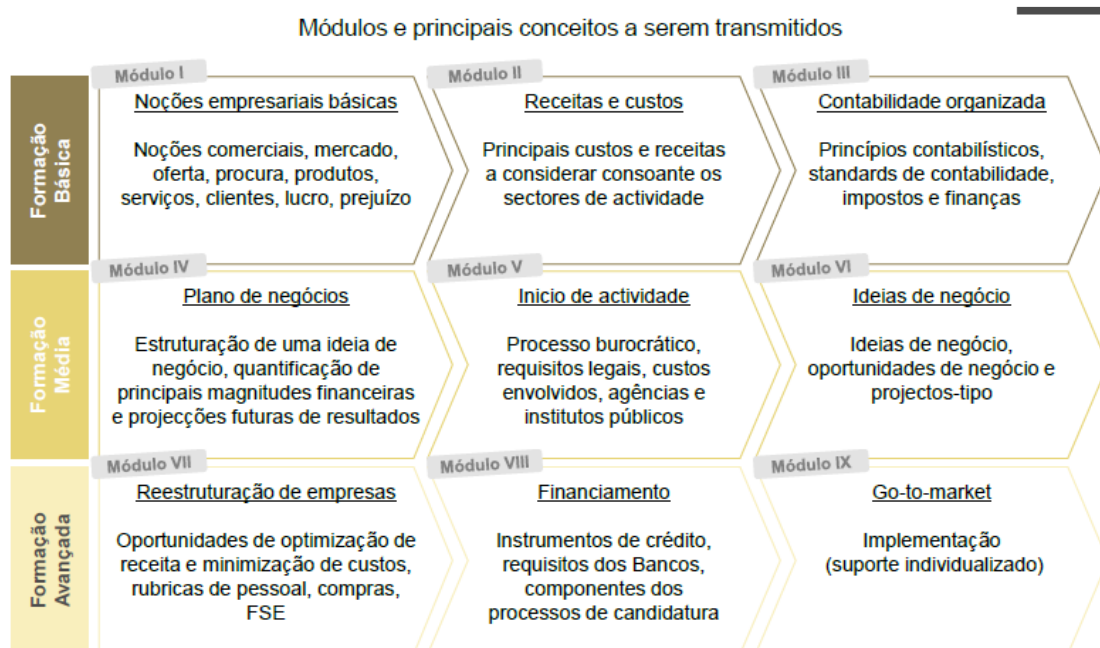
Fonte: Programa de desenvolvimento das MPME's

Quadro nº A3. Objetivos e métricas do programa de desenvolvimento das MPME’s

Nível	Objectivos 2015	Métrica proposta	Fonte
Macro	<ul style="list-style-type: none"> Incrementar o nível de competitividade da economia para top 10 da África Subsaariana 	Índice de competitividade ¹ <ul style="list-style-type: none"> 2010: 24/25 ou 138/139 	World Economic Forum
	<ul style="list-style-type: none"> Manter as taxas de crescimento do PIB real da economia angolana entre os ~7% - 8,5% 	Taxa de crescimento do PIB <ul style="list-style-type: none"> TCMA₀₉₋₁₀: 2,9% 	Ministério do Planeamento
	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir o deficit da balança comercial post-oil, reduzindo importações/aumentando exportações 	Deficit da balança comercial post-oil <ul style="list-style-type: none"> 2010: \$ 25,7 B 	Economist Intelligence Unit
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar ~5% - 7,5% ao ano o número de empresas criadas de capital angolano 	Empresas angolanas criadas <ul style="list-style-type: none"> 2010: 2.445² 	Guiché Único de Empresa
	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a taxa de sucesso do empreendedorismo angolano para + de 7% 	Sucesso do empreendedorismo <ul style="list-style-type: none"> 2009: 3,3% 	Global Entrepreneurship Monitor
	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir a taxa de desemprego para 23%% 	Taxa de desemprego <ul style="list-style-type: none"> 2010: ~28% 	Instituto Nacional de Estatística

Fonte: Programa de desenvolvimento das MPME’s

Quadro nº A4. Plano curricular assente em noções empresariais básicas de gestão.



Fonte: Programa de desenvolvimento das MPME’s

ANEXO B

Quadro nº B1. Empresas em atividade no período 2013-2016 por Província, segundo a forma jurídica.

Angola	2013						2014						2015						2016					
	Forma Jurídica						Forma Jurídica						Forma Jurídica						Forma Jurídica					
	Total	Empresas em nome individual	Sociedades por quotas	Sociedades anónimas	Empresas públicas	Associações e fundações	Total	Empresas em nome individual	Sociedades por quotas	Sociedades anónimas	Empresas públicas	Associações e fundações	Total	Empresas em nome individual	Sociedades por quotas	Sociedades anónimas	Empresas públicas	Associações e fundações	Total	Empresas em nome individual	Sociedades por quotas	Sociedades anónimas	Empresas públicas	Associações e fundações
Total Provincias	35 074	13 856	20 304	826	88	39	39 884	14 636	24 173	892	95	88	41 507	17 215	22 829	1 181	139	143	46 096	25 183	19 428	1 216	122	147
Cabinda	1 339	679	654	4	1 427	680	741	1 511	874	625	7	4	...	1 578	1 249	322	4
Zaire	418	231	185	439	222	214	453	260	188	492	354	134	...	3	0
Uilge	812	336	466	9	852	333	510	7	900	407	478	10	...	4	1 089	704	367	14	0	4
Luanda	18 680	6 843	11 107	663	67	...	21 955	7 282	13 788	743	73	69	22 930	8 519	13 292	913	103	103	26 597	12 183	13 210	999	95	112
Cuanza Norte	399	167	230	412	171	239	417	181	228	4	416	347	65
Cuanza Sul	1 866	964	879	21	...	23	2 074	1 070	981	15	...	6	2 147	1 221	874	36	4	12	2 054	1 682	332	29	3	8
Malange	765	235	527	845	333	506	5	878	385	484	4	3	...	918	698	214	3
Lunda Norte	906	488	417	927	415	511	939	503	430	6	958	651	305	...	0	0
Benguela	3 173	1 153	1 962	51	7	...	3 528	1 298	2 170	45	8	7	3 643	1 484	2 032	108	10	9	3 657	2 257	1 326	57	9	8
Huambo	1 296	586	680	27	...	4	1 555	629	897	25	1 632	706	891	29	4	...	2 022	1 137	843	34	...	0
Bié	670	216	450	4	700	192	505	687	217	463	7	719	323	388	8	0	0
Moxico	470	177	293	507	190	317	540	224	312	4	537	406	127	4	0	0
Cuando Cubango	357	72	282	429	60	366	383	63	317	441	112	326	...	0	...
Namibe	869	263	593	9	4	...	891	248	631	8	4	...	894	294	585	10	4	...	972	562	394	12	3	...
Huila	1 607	794	802	10	1 725	788	927	9	1 884	984	881	13	...	4	1 929	1 349	559	17	...	1
Cunene	652	279	369	4	699	290	405	4	706	389	312	4	754	509	240	5	0	0
Lunda Sul	365	102	261	452	150	299	485	201	279	5	506	333	165	7	...	0
Bengo	430	271	147	12	...	4	467	285	166	16	478	303	158	16	457	329	111	17	0	0

Fonte: INE-Anuários de Estatísticas das Empresas 2013-2016

Quadro nº B2. Estrutura de Empresas em atividade no período 2013-2014, por secção da CAE, segundo a forma jurídica.

Secção da CAE Rev.1	2013						2014					
	Forma Jurídica						Forma Jurídica					
	Total	Empresas em nome individual	Sociedades por quotas	Sociedades anónimas	Empresas públicas	Associações e fundações	Total	Empresas em nome individual	Sociedades por quotas	Sociedades anónimas	Empresas públicas	Associações e fundações
Total de Actividades	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
A -Agricultura, Produção Animal e Silvicultura	4,1	5,4	3,2	5,4	4,5	0,0	3,9	5,0	3,2	4,0	4,2	12,5
B -Pesca	0,7	0,2	0,9	2,2	2,3	2,3	0,6	0,2	0,8	1,3	2,1	0,0
C -Indústrias Extractivas	0,7	0,1	0,9	6,5	1,1	0,0	0,8	0,1	1,1	5,5	1,1	0,0
D -Indústrias Transformadoras	7,8	10,6	5,9	8,0	21,6	0,0	7,4	10,2	5,7	8,7	21,1	0,0
E -Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e de Água	0,2	0,1	0,3	0,7	5,7	0,0	0,3	0,1	0,3	0,8	7,4	0,0
F -Construção	4,2	3,8	1,7	12,8	10,2	0,0	5,4	0,8	7,9	16,3	10,5	0,0
G -Comércio por Grosso e a retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico	0,7	1,2	2,2	23,8	14,8	5,6	52,1	52,8	53,1	22,6	13,7	2,3
H -Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	1,5	2,3	2,5	2,2	1,1	1,1	10,0	15,4	7,1	2,2	1,1	0,0
I -Transportes, Armazenagem e Comunicações	66,9	53,3	37,8	11,8	22,7	0,0	2,8	1,3	3,5	6,2	23,2	0,0
J -Actividades Financeiras	1,5	1,1	1,1	4,4	2,3	0,0	0,2	0,0	0,1	4,4	2,1	0,0
K -Actividades imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	3,5	5,3	4,3	12,9	4,5	0,0	8,2	4,1	10,1	23,7	5,3	4,5
M -Educação	1,9	2,2	1,2	4,7	0,0	0,0	2,4	1,4	2,9	1,3	0,0	13,6
N -Saúde e Acção Social	0,8	2,6	1,5	1,0	1,1	0,0	2,8	3,5	2,3	0,6	1,1	39,8
O -Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	4,8	9,0	14,2	55,3	8,0	2,6	3,2	4,9	2,1	2,4	7,4	27,3

Fonte: INE-Anuários de Estatísticas das Empresas 2013-2016

Quadro nº B3. Estrutura de Empresas em atividade no período 2013-2016, segundo a forma jurídica.

Quadro 15 - Estrutura de Empresas em Actividade no Período 2013 - 2016 por Província, segundo a Forma Jurídica

Angola	2013						2014						2015						2016											
	Forma Jurídica						Forma Jurídica						Forma Jurídica						Forma Jurídica											
	Total	Empresas em nome individual	Sociedades por quotas	Sociedades anónimas	Empresas públicas	Associações e fundações	Total	Empresas em nome individual	Sociedades por quotas	Sociedades anónimas	Empresas públicas	Associações e fundações	Total	Empresas em nome individual	Sociedades por quotas	Sociedades anónimas	Empresas públicas	Associações e fundações	Total	Empresas em nome individual	Sociedades por quotas	Sociedades anónimas	Empresas públicas	Associações e fundações						
Total Provincias	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0						
Cabinda	3,8	4,9	3,2	0,3	2,3	1,6	3,6	4,6	3,1	0,3	2,1	1,1	3,6	5,1	0,6	2,9	0,7	3,4	5,0	1,7	0,3	1,6	0,7	0,7						
Zaire	1,2	1,7	0,9	0,3	1,2	0,5	1,1	1,5	0,9	0,1	1,1	1,1	1,1	1,5	0,8	0,2	1,4	,7	1,1	1,4	0,7	0,1	2,5	0,0						
Uíge	2,4	2,4	2,3	1,2	1,2	2,1	2,1	2,3	2,1	0,8	1,1	1,1	2,2	2,4	2,1	0,8	0,7	2,8	2,4	2,8	1,9	1,2	0,0	2,7						
Luanda	2,3	49,4	54,7	82,4	1,1	75,6	1,0	55,0	49,8	57,0	83,3	76,8	1,0	1,1	78,4	55,2	49,5	58,2	77,3	1,0	74,1	72,0	57,7	48,4	68,0	82,2	77,9	0,3	0,1	76,2
Cuanza Norte	53,3	1,2	0,2	0,0	53,4	1,0	1,0	1,2	0,0	0,0	1,1	1,1	1,0	1,1	0,3	0,7	2,1	0,9	1,4	0,8	0,0	0,0	1,4							
Cuanza Sul	1,1	7,0	4,3	2,8	2,3	1,6	5,2	7,3	4,1	1,7	2,1	6,8	5,2	7,1	3,8	3,0	2,9	8,4	4,5	6,7	1,7	2,4	2,5	5,4						
Malange	5,3	1,7	2,6	0,5	0,0	16,8	2,1	2,3	2,1	0,6	0,0	1,1	2,1	2,2	2,1	0,3	2,2	1,4	2,0	2,8	1,1	0,2	1,6	0,7						
	2,2					1,6																								
Lunda Norte	2,6	3,5	2,1	0,3	0,0	0,0	2,3	2,8	2,1	0,1	0,0	0,0	2,3	2,9	1,9	0,5	0,0	0,0	2,1	2,6	1,6	0,2	0,0	0,0						
Benguela	9,0	8,3	9,7	4,9	8,1	6,3	8,8	8,9	9,0	5,0	8,4	8,0	8,8	8,6	8,9	9,1	7,2	6,3	7,9	9,0	6,8	4,7	7,4	5,4						
Huambo	3,7	4,2	3,3	3,0	3,5	6,8	3,9	4,3	3,7	2,8	3,2	1,1	3,9	4,1	3,9	2,5	2,9	1,4	4,4	4,5	4,3	2,8	1,6	4,1						
Bié	1,9	1,6	2,2	0,2	0,0	1,0	1,8	1,3	2,1	0,3	0,0	0,0	1,7	1,3	2,0	0,6	0,0	0,0	1,6	1,3	2,0	0,7	0,0	0,0						
Moxico	1,3	1,3	1,4	0,0	0,0	1,6	1,3	1,3	1,3	0,0	0,0	0,0	1,3	1,3	1,4	0,3	0,0	0,0	1,2	1,6	0,7	0,3	0,0	0,0						
Cuando Cubango	1,0	0,5	1,4	0,5	0,0	0,0	1,1	0,4	1,5	0,3	0,0	0,0	0,9	0,4	1,4	0,3	0,0	0,0	1,0	0,4	1,7	0,2	0,0	0,7						
Namibe	2,5	1,9	2,9	0,7	4,7	2,1	2,2	1,7	2,6	0,9	4,2	0,0	2,2	1,7	2,6	0,8	2,9	0,7	2,1	2,2	2,0	1,0	2,5	0,7						
Huíla	4,6	5,7	3,9	1,0	1,2	3,1	4,3	5,4	3,8	1,0	1,1	0,0	4,5	5,7	3,9	1,1	1,4	2,8	4,2	5,4	2,9	1,4	0,8	2,0						
Cunene	1,9	2,0	1,8	0,7	0,0	0,5	1,8	2,0	1,7	0,4	0,0	0,0	1,7	2,3	1,4	0,3	0,0	0,7	1,6	2,0	1,2	0,4	0,0	0,0						
Lunda Sul	1,0	0,7	1,3	0,2	0,0	0,5	1,1	1,0	1,2	0,3	0,0	0,0	1,2	1,2	1,2	0,4	0,0	0,0	1,1	1,3	0,8	0,6	0,8	0,0						
Bengo	1,2	2,0	0,7	1,0	0,0	1,6	1,2	1,9	0,7	1,8	0,0	0,0	1,2	1,8	0,7	1,4	0,7	0,0	1,0	1,3	0,6	1,4	0,0	0,0						

Fonte: INE-Anuários de Estatísticas das Empresas 2013-2016

ANEXO C

Figura C1. Parte externa das Instalações do Centro Locais de Empreendedorismo e Serviços de emprego no Moxico



Figura C2. Parte externa das Instalações do Balção Único do Empreendedor no Moxico.



Figura C3. Parte externa das Instalações do Instituto Nacional de Apoio as Micro Pequenas e Médias Empresas no Moxico.

